

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

RODRIGO PEREIRA PINHEIRO DA SILVA

**A USINA PUREZA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL DE SÃO FIDÉLIS-RJ: A
RESISTÊNCIA DO PASSADO NA ERA DO PETRÓLEO**

Campos dos Goytacazes
2019

RODRIGO PEREIRA PINHEIRO DA SILVA

**A USINA PUREZA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL DE SÃO FIDÉLIS-RJ: A
RESISTÊNCIA DO PASSADO NA ERA DO PETRÓLEO**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de Licenciatura em
Geografia, como requisito parcial para
conclusão do curso.

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Elis de Araújo Miranda

Campos dos Goytacazes
2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BUGG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

5586u Silva, Rodrigo Pereira Pinheiro da
A USINA PURÉZA DE AÇÚCAR E ALCOOL DE SÃO FIDÉLIS-RJ: A
RESISTÊNCIA DO PASSADO NA ERA DO PETRÓLEO / Rodrigo Pereira
Pinheiro da Silva ; Elis de Araújo Miranda, orientadora.
Campos dos Goytacazes, 2019.
85 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) -
Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da
Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes,
2019.

1. Paisagem. 2. Formação Sócioespacial. 3. Norte
Fluminense. 4. Economia sucroalcooleira. 5. Produção
intelectual. I. Miranda, Elis de Araújo, orientadora. II.
Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências da
Sociedade e Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD -

RODRIGO PEREIRA PINHEIRO DA SILVA

**A USINA PUREZA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL DE SÃO FIDÉLIS-RJ: A
RESISTÊNCIA DO PASSADO NA ERA DO PETRÓLEO**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de Licenciatura em
Geografia, como requisito parcial para
conclusão do curso.

Aprovada em 15 de julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Elis de Araújo Miranda (Orientadora) - UFF

Prof. Dr. Marcelo Werner da Silva - UFF

Prof. Dr. José Luís Vianna da Cruz - UCAM

Campos dos Goytacazes

2019

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pela concessão da bolsa de pesquisa no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) durante o período de agosto de 2018 a julho de 2019.

À minha orientadora, Prof.^a Elis Miranda, por todo apoio e atenção a mim direcionados desde que ingressei no projeto “Ruínas do Açúcar”. Seu conhecimento e sensibilidade foram fundamentais para elaboração deste trabalho e para meu crescimento pessoal e acadêmico.

Ao Prof. Marcelo Werner, por toda sua contribuição no âmbito do projeto “Ruínas do Açúcar”.

Aos membros da comunidade digital dos Purezenses, em especial à Gilder Nader, pela grande contribuição na constituição deste trabalho a partir das fotografias e memórias gentilmente compartilhadas.

À minha família, que sempre acreditou no caminho da educação e me estimulou no sonho de ser um geógrafo e professor.

Aos meus colegas de faculdade, em especial, aos remanescentes da turma de 2014.2, Alexandre “Bangu”, Denisson Caminha, Gabriela Rodrigues, Lays Ferreira, Mariana Ribeiro, Pedro Suhet e Rafael Strozi, amigos que fiz no início de minha trajetória acadêmica e que levarei comigo daqui em diante.

A todos os professores que passaram pelo meu caminho desde a formação básica até a graduação, que foram minha fonte de inspiração para seguir o caminho da educação.

Por fim, agradeço ao REUNI, o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, por ter possibilitado a mim e a milhares de brasileiros o acesso à educação pública de qualidade.

O açúcar

O branco açúcar que adoçará meu café
nesta manhã de Ipanema
não foi produzido por mim
nem surgiu dentro do açucareiro por milagre.

Vejo-o puro
e afável ao paladar
como beijo de moça,
água na pele,
flor que se dissolve na boca.
Mas este açúcar
não foi feito por mim.

Este açúcar veio
da mercearia da esquina
e tampouco o fez o Oliveira,
dono da mercearia.
Este açúcar veio
de uma usina de açúcar em Pernambuco
ou no Estado do Rio
e tampouco o fez o dono da usina.

Este açúcar era cana
e veio dos canaviais extensos
que não nascem por acaso
no regaço do vale.

Em lugares distantes, onde não há
hospital nem escola,
homens que não sabem ler e morrem
aos vinte e sete anos
plantaram e colheram a cana
que viria a ser o açúcar.

Em usinas escuras, homens de vida amarga e dura
produziram este açúcar branco e puro
com que adoço meu café esta manhã em Ipanema.

Ferreira Gullar

RESUMO

A paisagem da Região Norte Fluminense é profundamente marcada pelos processos históricos vinculados à produção sucroalcooleira. Esse sistema produtivo experienciou o êxito durante o século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. Enfrentou sucessivas crises após o encerramento do seu período áureo, culminando em seu quase total encerramento nos dias de hoje, quando é possível identificar estacionamentos ou vazios urbanos que indicam a demolição de prédios históricos, grandes áreas de pastos que um dia foram plantações de cana-de-açúcar e antigas estruturas produtivas estagnadas, algumas refuncionalizadas e outras em estado de ruínas, como estações e linhas férreas, igrejas, vilas de trabalhadores. O presente trabalho busca analisar as transformações na/da paisagem da Usina Pureza e das áreas ao seu entorno, no município de São Fidélis-RJ. Essa unidade produtiva teve relevância nos contextos regional/nacional, sendo também uma das mais tradicionais indústrias de seu município e encontra-se fora de operação desde 2009 em decorrência de múltiplas dificuldades causadas pela desestruturação do sistema regional sucroalcooleiro. A análise é estruturada em dois eixos: o primeiro referente a sua constituição material, a partir do conceito de formação socioespacial proposto por Milton Santos; e o segundo dedicado a dimensão simbólica da paisagem, amparado pela perspectiva crítica da Nova Geografia Cultural. Espera-se com isso contribuir para os estudos da memória de São Fidélis e da mesorregião Norte Fluminense como um todo, uma vez que o futuro desses espaços deve ser de interesse público, já que sua paisagem é sobretudo uma memória coletiva e, portanto, patrimônio da sociedade.

Palavras-chave: Paisagem; Formação Socioespacial; Região Norte Fluminense; Economia Sucroalcooleira; São Fidélis; Ruínas.

ABSTRACT

The landscape of the North of the Rio de Janeiro state is deeply marked by the historical processes tied up with the production of sugar and alcohol. This productive system experienced great success during the XIX century and on the two first decades of the XX century, but it faced successive crises after the end of its golden period, culminating on their almost totally end nowadays, large areas of pasture that one day have been sugar cane plantations and old stagnated productive structures, some of them with new functions and others in state of ruins. The current work reaches to analyze the transformations on and at the landscape of the Usina Pureza (Pureza Plant) and their surroundings areas, on the town of São Fidelis - RJ. This productive unity had great relevance on the regional context, also being one of the most traditional industries at this town, but it's out of operations since 2009 due to the fact of the many difficulties caused by the disintegration of the sugar and alcohol regional system. The analysis is structured in two axes: the first one concern's the material constitution, by the concept of socio-spatial formation formulated by Milton Santos; and the second one it's dedicated to the symbolical dimension of the landscape, supported by the critical perspective of the New Cultural Geography. With it, it's hoped to contribute for the studies of the São Fidélis memories and for the whole region of North of Rio de Janeiro, once the future of those spaces must be public interest, as its landscape is overall a collective memory and, therefore, patrimony of the society.

Key-words: Landscape; Socio-Spatial Formation; North of Rio de Janeiro; Sugar and Alcohol Economy; São Fidélis.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MUNICÍPIO DE CAMPOS. PLANTA DOS ENGENHOS CENTRAES DE ASSUCAR, 1909...02	
FIGURA 2: USINAS EM ATIVIDADE E DESATIVADAS NO NORTE FLUMINENSE, ATÉ 2005.....23	
FIGURA 3 – MAPA: LOCALIZAÇÃO DA USINA PUREZA.....29	
FIGURA 4 – REPRESENTAÇÃO DO ENGENHO CENTRAL DE PUREZA.....42	
FIGURA 5 – PRÉDIO ONDE SE LOCALIZAVA O ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO DO ENGENHO....43	
FIGURA 6 – FACHADA DO ENGENHO CENTRAL.....44	
FIGURA 7 – PARTE FRONTAL DO ENGENHO CENTRAL.....44	
FIGURA 8 – PARTE DA FACHADA E TELHADO DO ENGENHO CENTRAL.....45	
FIGURA 9 – ENGENHO CENTRAL VISTO DA MARGEM OPOSTA DO RIO PARAÍBA DO SUL.....46	
FIGURA 10 – ENGENHO VISTO DA MARGEM OPOSTA DO PARAÍBA DO SUL, EM DATA DESCONHECIDA.....47	
FIGURA 11 – TELHADO E ATUAL CHAMINÉ DA FÁBRICA.....47	
FIGURA 13 – PÁTIO INTERNO DA USINA.....48	
FIGURA 13 – PÁTIO INTERNO DA USINA E PARTE DO GALPÃO.....48	
FIGURA 14 – SITUAÇÃO DO GALPÃO DA USINA PUREZA.....49	
FIGURA 15 – ÁREA EXTERNA DA USINA PUREZA, EM APARENTE BOM ESTADO, COM GALPÃO AO FUNDO.....49	
FIGURA 16 – MONTAGEM: TANQUES DE ETANOL ATUALMENTE E REGISTRO DE UM INCÊNDIO OCORRIDO EM UM DOS TANQUES, ANO DE 1991.....50	
FIGURA 17 – VILA DOS TRABALHADORES DA USINA PUREZA.....51	
FIGURA 18 – O PADRÃO DA VILA DOS TRABALHADORES DA USINA PUREZA.....52	
FIGURA 19 – PARQUINHO EM ESTRUTURA ANEXA A USINA PUREZA.....53	
FIGURA 20 – SEDE DO TIME DE FUTEBOL DOS TRABALHADORES DA USINA, O UPIC FC.....53	
FIGURA 21 – CAPELA DE NOSSA SENHORA DA PUREZA.....54	
FIGURA 22 – CASA DO ADMINISTRADOR DA USINA PUREZA, ANTES CASA DO CHEFE MECÂNICO.....54	
FIGURA 23 – MONTAGEM: DIFERENTES PERSPECTIVAS DA ANTIGA PONTE DE MADEIRA, CONHECIDA COMO “PONTE DO AÇÚCAR”55	
FIGURA 24 – RUÍNAS DA ANTIGA PONTE DE MADEIRA, EM FOTOGRAFIA RECENTE, COM DATA NÃO IDENTIFICADA.....55	
FIGURA 25 – CONSTRUÇÃO DA PONTE ENTRE VILA USINA PUREZA E VILA DE PUREZA, EM 2001.....56	
FIGURA 26 – PRESENÇA DA ATUAL PONTA NA PAISAGEM.....56	

FIGURA 27 – GUINDASTE E CABOS DE AÇO DA USINA PUREZA.....	57
FIGURA 28 – MONTAGEM: CABO AÉREO EM FUNCIONAMENTO DURANTE A DÉCADA DE 1970.....	57
FIGURA 29 – ESTAÇÃO DE PUREZA E LINHA FÉRREA.....	59
FIGURA 30 – ATUAL ESTADO DA ESTAÇÃO DE PUREZA.....	59
FIGURA 31 – LINHA FÉRREA AINDA PRESENTE NA PAISAGEM DE PUREZA.....	60
FIGURA 33 – ESTAÇÃO DE PUREZA E TREM DE PASSAGEIROS AINDA EM FUNCIONAMENTO, 1982.....	61
FIGURA 33 – LINHA FÉRREA E SEU MURO, RESSIGNIFICADO PELA POPULAÇÃO COMO UM MURAL ARTÍSTICO.....	62
FIGURA 34 – LINHA FÉRREA, MURO E CONSTRUÇÃO HISTÓRICA NA VILA PUREZA, DATADA DE 1926.....	62
FIGURA 35 – CASA DA FAMÍLIA NADER, DE ORIGEM LIBANESA.....	63

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – NÚMERO DE ENGENHOS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA ECONOMIA SUCROALCOOLA.....	13
QUADRO 2 – LOCALIZAÇÃO E ANO DE FUNDAÇÃO DOS PRINCIPAIS ENGENHOS CENTRAIS DO NORTE FLUMINENSE.....	15
QUADRO 3 – PROPRIETÁRIOS DA USINA PUREZA E SUAS ATUAÇÕES.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS

ERJ	Estado do Rio de Janeiro
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
NF	Norte Fluminense
OMPETR	Organização dos Municípios Produtores de Petróleo
O	
RNF	Região Norte Fluminense
UPIC	Usina Pureza Indústria e Comércio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO1

CAPÍTULO 1: O PLANTAR E O COLHER DAS IDÉIAS 5

A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO MÉTODO6

A PAISAGEM COMO EXPRESSÃO IDEOLÓGICA.8

CAPÍTULO 2: O CONTEXTO DA PRODUÇÃO SUCROALCOOLEIRA NO NORTE FLUMINENSE10

A GÊNESE DA CULTURA DO AÇÚCAR NO NORTE FLUMINENSE DO BRASIL-COLÔNIA 10

O ADVENTO DE ENGENHOS CENTRAIS E USINAS E O GRANDE PERÍODO DE PROSPERIDADE DO NORTE FLUMINENSE.14

CRISE E TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS NO SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO NORTE-FLUMINENSE DURANTE O SÉCULO XX.18

CAPÍTULO 3: A FORMAÇÃO DA USINA PUREZA DE SÃO FIDÉLIS25

A USINA COMO ESTRUTURA INTEGRADORA REGIONAL E FATOR DETERMINANTE NA COMPOSIÇÃO INTERNA DE SÃO FIDÉLIS 25

COMPOSIÇÃO DOS DISTRITOS DE COLÔNIA E PUREZA E A ESPACIALIZAÇÃO PARA ALÉM DO ENGENHO CENTRAL.30

A CONSTITUIÇÃO E A TRAJETÓRIA DO ENGENHO CENTRAL DE PUREZA .31

CAPÍTULO 4: LEITURA DA PAISAGEM DA USINA PUREZA E DAS ÁREAS AO SEU ENTORNO.....40

O ENGENHO CENTRAL .41

A VILA DE TRABALHADORES DA USINA PUREZA50

AS PONTES E DEMAIS INFRA-ESTRUTURAS.55

A ESTRADA DE FERRO LEOPOLDINA, A ESTAÇÃO E A VILA DE PUREZA .58

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....64

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....68

REFERENCIAS DOCUMENTAIS.....70

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a paisagem do Norte Fluminense é profundamente marcada pelos processos históricos vinculados à produção sucroalcooleira. Engenhos, usinas, linhas e estações ferroviárias, vilas operárias e templos religiosos são formas herdadas de períodos pretéritos, instaladas desde o século XVII sob a destruição das antigas estruturas criadas por nações indígenas de diferentes etnias. A economia sucroalcooleira experienciou seu maior êxito entre os fins do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, influenciando de maneira determinante a configuração socioespacial de toda região. A partir do seu declínio, a antiga paisagem de formas imponentes assume o estado de ruínas, representando não só o deterioramento das materialidades, mas também das relações sociais e dos sujeitos, aos quais foram forjados por um modo de produção imposto pela elite regional associada a capitais nacionais e internacionais, caracterizado pela exploração intensiva do trabalho, pela agricultura monocultora e a destruição do ambiente e das culturais locais. Hoje, observa-se que as formas antes hegemônicas tornam-se cada vez mais residuais, sob a forma das ruínas das usinas e dos pastos no lugar das lavouras de cana-de-açúcar.

Este trabalho integra o projeto “Ruínas do Açúcar”, coordenado pelos Professores Marcelo Werner e Elis Miranda. Nele busca-se levantar a situação atual das usinas localizadas na região Norte Fluminense e identificar as transformações das/nas paisagens compostas das unidades produtivas e os demais objetos geográficos associados ao contexto geo-histórico estudado. Inserida no projeto maior, a Usina Pureza se difere das demais unidades estudadas até então por ser a primeira a ser analisada fora do município de Campos dos Goytacazes¹.

A relevância da presente pesquisa se dá pela unidade produtiva estudada possuir ainda certo grau de conservação em comparação com as demais unidades da região, bem como por se tratar de uma das maiores referências patrimoniais do município de São Fidélis-RJ e que ainda carece de estudos. Nos interessa também por estar inserida numa área majoritariamente rural, com características territoriais e fisiográficas distintas das usinas situadas na baixada campista, apresentando particularidades na morfologia de sua paisagem.

¹ Os trabalhos de Conceição (2016) e Passos (2018) dedicaram-se respectivamente ao estudo das usinas da baixada campista de forma geral e as transformações na área da antiga Usina do Queimado, de Campos.

O mapa abaixo (Figura 1), elaborado a partir de um manuscrito de autor desconhecido, datado de 1909, apresenta a espacialidade das usinas em funcionamento neste ano e das linhas férreas que as interligavam, no território do município de Campos dos Goytacazes-RJ. Esta representação retrata bem a maneira intensiva com que a economia sucroalcooleira se territorializou em toda região, especificamente na baixada campista, onde teve a maior concentração produtiva e maior capacidade de polarizar os fluxos regionais, estabelecendo ali seu centro econômico e político.



Figura 1: “Município de Campos. Planta dos Engenhos Centrais de Assucar, 1909” - Adaptado Mapa de autor desconhecido.²

No quadro regional sucroalcooleiro, o município de São Fidélis-RJ se estabeleceu como um centro de segunda ordem, com seu funcionamento político-econômico orbitando Campos, principal centralidade do NF açucareiro. São Fidélis teve sua origem enquanto freguesia de Campos em 1840, sendo elevada à categoria de vila dez anos depois, em 1850 e

² Fonte: Projeto de Dissertação de Raphael Neves da Conceição (2015) intitulado “Leitura da Paisagem da Baixada Campista” no âmbito do PPG/UFRJ/Campos, 2015, sob a orientação de Elis de Araújo Miranda.

finalmente emancipada no ano de 1870, constituindo-se como município independente, com sede própria, onde além da cultura da cana-de-açúcar, se desenvolveu a pecuária, e em menor escala, o café.

A Usina Pureza, fundada em 1885 a partir da política Imperial de estímulo à construção dos Engenhos Centrais, foi a maior expressão do município fidelense na economia sucroalcooleira, sendo de certa forma a maior responsável pela participação do município na Região Norte Fluminense açucareira. A indústria teve grande prestígio durante o chamado o “ciclo áureo” do açúcar nessa região, mas enfrentou uma série de dificuldades a partir da crise regional do setor sucroalcooleiro, intensificada a partir da segunda metade do século XX com a perda da hegemonia da produção do álcool e do açúcar para o Estado de São Paulo e depois com a concorrência da atividade petrolífera, iniciada na década de 1970 na bacia de Campos, que veio a reconfigurar o Norte Fluminense a partir de novas dinâmicas e interações interescares. Diante desse panorama, a Usina Pureza teve seu funcionamento cada vez mais inviabilizado pelas circunstâncias adversas, culminando no encerramento de suas atividades em 2009. Passado uma década e sem haver perspectiva para seu futuro, a estrutura da indústria e seus objetos relativos apresentam hoje diferentes graus de conservação, revelando uma paisagem composta por múltiplas formas-ruínas, aparentemente esvaziadas de funções, porém repletas de simbolismos.

A elaboração do trabalho teve por motivações: a) a necessidade de sistematizar informações sobre a formação socioespacial das áreas imediatamente influenciadas pela Usina Pureza e; b) entender persistência dos elementos associados a produção açucareira na paisagem dessas localidades e da Região Norte fluminense de forma geral, mesmo após o declínio da atividade sucroalcooleira. Importa entender a história e a memória desse lugar para pensar suas perspectivas futuras, a partir da descontinuidade da atividade produtiva da Usina Pureza, considerando antes de tudo, a paisagem como memória coletiva, e, portanto, um patrimônio da sociedade.

A orientação metodológica seguida aqui pode ser compreendida em dois processos: o reconhecimento do Método e os procedimentos metodológicos. “O primeiro refere-se à orientação filosófica que orienta o pensamento da produção acadêmica, o que a professora Ana Clara Torres Ribeiro chamava de Metodologia com letra maiúscula e o segundo processo

refere-se aos procedimentos metodológicos, definido como metodologia com letra minúscula que compõe o passo-a-passo, o fazer da pesquisa” (MIRANDA, 2016).

No que se refere à operacionalização metodológica, o fazer da pesquisa se baseou em três eixos: a) A pesquisa de documentos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; b) A realização de trabalho de campo, onde foi feito o reconhecimento da área de estudo e o registro fotográfico da paisagem; c) A análise dos processos históricos de formação socioespacial segundo a sequência analítica proposta por Silva (2012): i) empirização do tempo e a idade dos lugares; ii) periodizações e recortes temporais; iii) recortes espaciais.

No que se refere ao Método, o trabalho se orienta filosoficamente pelo materialismo histórico e pela dialética marxista, Teoricamente, ampara-se em dois conceitos-chave: O conceito de paisagem, segundo a abordagem da escola de pensamento conhecida como Nova Geografia Cultural de Augustin Berque, Denis Cosgrove e James Duncan, e o conceito de Formação Socioespacial proposto por Milton Santos (2014b). Busca-se estabelecer um diálogo entre os dois conceitos com vista a entender os processos formadores das atuais paisagens, no que se refere a sua materialidade e seus simbolismos. A paisagem é entendida aqui como categoria concreta e simbólica produzida por e a partir da formação socioespacial.

Sendo assim, o trabalho foi estruturado em quatro capítulos, a seguir descritos:

O primeiro capítulo trás o percurso teórico-metodológico da elaboração deste trabalho, onde buscou-se o diálogo entre os conceitos de formação socioespacial de Milton Santos (2014b) e de Paisagem, segundo os autores da Nova Geografia Cultural a partir de uma orientação filosófica do materialismo e a dialética marxista.

No segundo capítulo foi elaborada uma historiografia dos processos formadores do Norte Fluminense vinculados a economia sucroalcooleira, periodizados de acordo com as transformações do modo de produção e da estrutura sócio-econômica vigente;

No terceiro é realizado uma síntese dos processos de formação socioespacial que configuraram a Usina Pureza e as áreas ao seu entorno, no contexto produtivo do açúcar e do álcool, amparada pela pesquisa documental de registros históricos referentes a unidade.

O quarto capítulo se destina à leitura da paisagem da Usina Pureza e das áreas ao seu entorno a partir da comparação entre registros históricos e fotografias da atual paisagem,

buscando identificar e interpretar as principais transformações e permanências das formas referentes à produção sucroalcooleira.

CAPÍTULO 1

PLANTAR E COLHER IDÉIAS: O percurso da pesquisa

Ingressei na Universidade Federal Fluminense em 2014 e meu encontro com o estudo geográfico significou também o encontro com a geografia de Campos dos Goytacazes e da Região Norte Fluminense. Até então eu pouco conhecia esses lugares e me detinha às paisagens mentais que formara juntando vagas memórias de infância com as descrições que ouvira de conhecidos e parentes. Falavam-me sobre o clima árido e a vastidão da planície, mas também da constante fuligem e do cheiro de vinhoto que emanavam das usinas de açúcar.

Ao entrar em contato com as disciplinas da graduação e a variedade de lentes que a ciência oferece para se enxergar o mundo, simultaneamente fui conhecendo a partir da experiência cotidiana novos lugares, territórios e paisagens do Norte Fluminense. Os professores, autores e correntes de pensamento que tive contato me estimularam a construir um olhar geográfico sobre o meio. Passei a enxergar o espaço cada vez menos de maneira estática e cada vez mais como algo dinâmico, em perpétuo movimento dialético entre a destruição e reconstrução.

Aos poucos, percebi na paisagem ao meu redor os elementos da produção sucroalcooleira que tanto haviam me falado. Notei, entretanto, que eles encontravam-se atualmente muito mais no plano da história e das memórias. Essas referências se apresentam, hoje, na forma de espaços vazios ou estacionamentos que indicam a demolição de prédios históricos, por grandes áreas de pastos que um dia foram áreas de plantações de cana-de-açúcar e por prédios monumentais advindos do passado, sendo alguns refuncionalizados e outros em estado de ruínas.

A partir do interesse em pesquisar essas heranças socioespaciais materializadas na paisagem da região passei a participar do projeto “Ruínas do Açúcar” em 2018, onde tive contato com os demais trabalhos já produzidos por Conceição (2016) e Passos (2018). Foi me apresentado pela Prof.^a Elis Miranda uma série de possíveis objetos de estudo dentro do contexto do projeto e me despertou atenção a Usina Pureza, de São Fidélis, pois visualizei nesse recorte a possibilidade de oferecer um contraponto aos estudos já realizados, que se dedicavam a usinas localizadas na baixada campista, área nuclear da produção sucroalcooleira.

Foi definido que nossa análise partiria do conceito de Paisagem, uma vez que nosso interesse primordial era entender as formas remanescentes do período áureo da economia sucroalcooleira regional não só a partir de sua constituição material, mas também enquanto elemento simbólico de apelo identitário de grupos específicos, mesmo após a derrocada do sistema produtivo e da sobrepujança da economia petrolífera a partir da década de 70 do século XX.

Entretanto, para dar sustentação a leitura/interpretação da paisagem e seus aspectos mais subjetivos acreditamos ser imprescindível fazer uma reconstituição de sua composição material a partir dos processos históricos, considerando a dialética espacial entre forma, função, estrutura e processo (SANTOS, 2014a).

1.1 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO MÉTODO

O conceito de Formação Socioespacial, proposto por Milton Santos (2014b) nos é bastante caro aqui, uma vez que ele compreende a articulação entre o modo de produção e a organização social em dada parcela do espaço. Sendo o modo de produção capitalista reprodutor das forças globais totalizantes e o espaço contíguo uma força de resistência local, a composição socioespacial acaba por ser uma amálgama entre esses processos, se integrando a totalidade, mas formando lugares com características peculiares.

A questão temporal é um ponto-chave para o estudo da paisagem, uma vez que a cada período histórico o modo de produção é reconfigurado e uma nova lógica é estabelecida a partir do uso de novas técnicas, que originam novas formas. As formas acumuladas, sobrepostas e suprimidas de maneira desigual e oriundas de diferentes temporalidades que compõe o tecido espacial são cunhadas por Milton Santos (1996) como rugosidades. Estas não devem ser apenas entendidas como simples heranças fisicoterritoriais, mas principalmente como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas.

Assim serão pensados os processos constituintes da paisagem, desde a fase que precede a instalação da Usina na referida localidade até o momento atual, onde pode-se

identificar a presença de formas-ruínas, após o declínio da indústria. O dado técnico se faz imprescindível para a compreensão das relações temporais da formação do lugar, uma vez que ele registra no espaço os diferentes momentos do trabalho humano realizado, possibilitando a reconstituição de seu processo formador.

O uso dos objetos através do tempo mostra histórias sucessivas desenroladas no lugar e fora dele. Cada objeto é utilizado segundo equações de força originadas em diferentes escalas, mas que se realizam num lugar, onde vão mudando ao longo do tempo. Assim, a maneira como a unidade entre tempo e espaço vai dando-se, ao longo do tempo, pode ser entendida através da história das técnicas: uma história geral, uma história local. (SANTOS, 1996, p. 29)

Nessa perspectiva, ao estudarmos a formação da paisagem da Usina Pureza, há de se pensar esse lugar (e sua respectiva paisagem) enquanto parte de uma estrutura regional mais complexa. Essa estrutura, por sua vez, teve relevante participação na constituição do território brasileiro, principalmente no que se refere a integração com a economia global a partir do chamado ciclo do açúcar. Sobre essa dinâmica, Milton Santos (1996, p. 45) explica que “A partir do reconhecimento dos objetos na paisagem, e no espaço, somos alertados para as relações que existem entre os lugares. Essas relações são respostas ao processo produtivo no sentido largo, incluindo desde a produção de mercadorias à produção simbólica”.

A respeito a essa questão, o geógrafo Maurício de Almeida Abreu alerta (1998, p. 91) “(...) é necessário reconhecer, primeiramente, que cada lugar é, ao mesmo tempo e em cada momento histórico, o ponto de interseção de processos sociais, que se desenvolvem em diferentes escalas”.

Para uma compreensão da formação socioespacial relativa a Usina Pureza em sentido histórico, seguiremos a sequência analítica proposta por Silva (2012), composta por: i) empirização do tempo e a idade dos lugares; ii) periodizações e recortes temporais; iii) recortes espaciais.

Será feita no segundo capítulo uma histografia dos processos históricos da produção do açúcar em âmbito nacional e regional, com vista a empirizar o tempo desses processos e delimitar a idade dos lugares a partir deles, bem como estabelecer os recortes temporais dos

períodos de gênese, auge e crise do sistema sucroalcooleiro norte fluminense, para no terceiro capítulo dedicar-se ao recorte espacial estudado: A Usina Pureza e as áreas ao seu entorno.

1.2 A PAISAGEM COMO EXPRESSÃO IDEOLÓGICA

Muitas rugosidades presentes na paisagem do Norte Fluminense hoje, remetem diretamente ao período áureo da economia sucroalcooleira do Norte Fluminense. É possível reconhecer que grande parte dessas formas herdadas dos períodos pretéritos encontram-se sob a condição de ruínas.

Para Abreu (1998) formas espaciais que remetem a outros períodos históricos permanecem na paisagem mesmo se encontrando descaracterizadas, re-funcionalizadas ou abandonadas por possuir ou já ter possuído algum valor – histórico, arquitetônico, social, econômico, político ou cultural – ainda se mantém no espaço carregando consigo características que remetem a antigos tempos e sistemas técnicos. (ABREU, 1998). Na Região Norte Fluminenses essas formas de referências pretéritas podem ser identificadas como formas-ruínas.

Buscamos então interpretar a linguagem dessas ruínas, nos dedicando a compreender seus aspectos simbólicos e subjetivos, como participam do imaginário social dentro da referida região e quais grupos e agentes estão relacionados a produção, manutenção ou até mesmo a destruição dessas paisagens. Para tal, seguiremos a orientação dos autores da escola de pensamento conhecida como Nova Geografia Cultural, que se amparam filosoficamente pela dialética marxista e na leitura do materialismo histórico.

Sendo o espaço formado por sistemas de ações e sistemas de objetos, reconhecemos a produção das formas como dotada de intencionalidades. Como são constituídas no bojo do capitalismo, as formas presentes na paisagem devem ser interpretadas, analisadas e explicadas

a partir dos elementos representativos das distintas classes sociais. (CONCEIÇÃO; PASSOS, 2015; SANTOS, 1996)

Segundo a concepção de Augustin Berque (2012), a paisagem é uma marca, pois expressa uma dada civilização, ao mesmo passo que também é uma matriz, já conduz esquemas de percepção, concepção e ação que canalizam a relação de uma sociedade com o espaço e a natureza, ou seja, sua cultura.

De modo consonante, o geógrafo inglês Denis Cosgrove (2000), entende que a paisagem deve ser compreendida como resultante da forma como a sociedade a organiza. O autor afirma que noção da paisagem enquanto meio cultural não existe descolada do contexto histórico das relações humanas. Para ele, a cultura dominante procura produzir paisagens de acordo com sua imagem de mundo, impondo-as como realidade aos demais grupos. Em contraponto as paisagens alternativas são produto dos grupos não dominantes, de menor visibilidade, não sendo atribuído a elas o mesmo valor. A paisagem é, segundo esse autor, ela própria um meio por onde um sistema sociocultural é experienciado, contestado e onde um sistema sociocultural é experienciado, contestado e transmitido.

Há então uma relação intrínseca entre a paisagem e os símbolos, dada a partir do poder que o homem tem de intervir sob a paisagem. Sendo um meio de transmissão cultural e legitimação ideológica, sua simbologia está carregada de códigos emitidos pelo poder dos grupos dominantes impondo normas, padrões culturais e o controle social sobre os demais grupos da sociedade. (COSGROVE, 2012)

Reconhecendo a paisagem como um sistema de criação de signos, James Duncan (2004) propõe a analogia da paisagem como um texto, de maneira que para sua apreensão, deve ser lida e interpretada não apenas pelos aspectos visíveis, mas através do simbolismo contidos nos subtextos, em suas entrelinhas, uma vez que considera que “a ordem visível, com sua grade permanente de distinção, é agora somente um brilho superficial sobre o abismo”. (FOUCAULT, 1970 apud DUNCAN, 2004, p.99)

No nosso recorte analítico que compreende a Região Norte Fluminense e mais especificamente os lugares da Usina Pureza de São Fidélis, encontramos nas diversas formas elementos como a monumentalidade das chaminés das usinas, a distribuição padronizada das moradias dos trabalhadores, a localização do engenho como elemento central da ordem espacial estabelecida, os templos religiosos e demais aspectos da paisagem que estão

carregados, mesmo no dias de hoje, de simbolismos de classe e aspectos ideológicos. Esses objetos geográficos, entendidos como formas-conteúdos, serão analisados e interpretados ao longo do capítulo 4, onde se buscará entender os signos inerentes as paisagens e suas transmutações ao longo dos períodos históricos.

A manutenção dessas ruínas leva a pensar a partir de duas perspectivas: a) a primeira perspectiva do reconhecimento da importância desses prédios para a história e a memória da nação e b) a falta de recursos financeiros para demolir aquela estrutura abandonada leva a manutenção dessas estruturas na paisagem. E como essas estruturas se mantêm na paisagem, importa ressaltar as figuras dos usineiros e de todo o sistema social, clientelista, que orbitavam os senhores do açúcar.

CAPÍTULO 2

PUREZA NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO SUCROALCOOLEIRA NO NORTE FLUMINENSE

A historiografia proposta busca contextualizar a trajetória da economia sucroalcooleira na região Norte Fluminense, identificando os processos históricos e as diferentes escalas de ação envolvidas em seu estabelecimento, desenvolvimento e nas crises que culminaram em sua atual estagnação. A periodização delimitada se divide em três:

- i) O período de gênese e consolidação do cultivo da cana e da produção do açúcar na Capitania de São Tomé, atual Norte Fluminense, que compreende o longo intervalo de tempo entre o estabelecimento dos primeiros cultivos de cana-de-açúcar, o surgimento das primeiras engenhocas produtoras de açúcar, se encerrando com o estabelecimento da política dos Engenhos Centrais do Governo Imperial (1532 – 1877).
- ii) O período que se inicia com o surgimento dos modelos produtivos de Engenho Central e da Usina, onde a região Norte Fluminense experienciou grande êxito com o chamado “ciclo áureo do açúcar”, que se estendeu até a eclosão da crise econômica de 1929. (1877-1929)

- iii) O período iniciado pós-crise de superprodução vivida pelo setor sucroalcooleiro, marcado grandes transformações na economia do açúcar e do álcool a partir de novas dinâmicas com o início da atividade petrolífera em Campos e desarticulação da elite usineira regional que culminou no encerramento da maior parte das usinas. (1929-2019)

2.1 A GÊNESE DA CULTURA DO AÇÚCAR NO NORTE FLUMINENSE DO BRASIL-COLÔNIA

Ao tratarmos da atividade agrícola no Brasil, inaugurada pela Cana-de-açúcar, e depois complementada pelo café, o algodão e os demais gêneros, é preciso antes de tudo compreender o que orientou o estabelecimento da atividade e de forma geral, toda vida na colônia. Caio Prado Júnior em sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo* (1973) definiu como *sentido da colonização* a lógica que ordenou o povoamento do território, impondo seus usos e desusos, segundo a necessidade dos principais centros consumidores europeus.

A trajetória da grande lavoura no Brasil inicia-se com o açúcar³, principal base material para o estabelecimento do europeu no território e responsável pela maior quota de sua riqueza. A atividade foi estratégica no processo de colonização, uma vez que Portugal já detinha certa experiência sobre o cultivo da cana, e ao mesmo tempo se dedicava ao comércio de escravos, estabelecendo assim uma lógica de comércio baseada na complementariedade dos produtos. A estrutura agrícola que caracterizou a experiência colonial nos trópicos foi a das *Plantations*, inaugurada pela atividade canavieira, que combinou a monocultura, latifúndios e trabalho escravo, onde a produção tinha como destino o mercado externo

A rápida prosperidade encontrada pela atividade açucareira na colônia a partir do século XVII se fez possível graças a participação da holandeses, detentores de grande experiência comercial e de parte substancial dos capitais requeridos para implantação das técnicas açucareiras. O crescimento da produção foi acompanhado pela expansão rumo ao

³ Martim Afonso de Souza fundou, em São Vicente, o primeiro engenho de açúcar do Brasil, em 1532.

litoral nordeste do país, no período em que o país alcançou o posto de principal produtor de açúcar do mundo. Quadro esse que começa ser revertido nos séculos que seguiram, após a ruptura de Portugal com a Holanda e o consequente estabelecimento da produção açucareira nas Antilhas e na Ásia. Concomitantemente, há o crescimento do açúcar de beterraba em algumas partes da Europa. Neste mesmo período são criadas de políticas internacionais contra o monopólio comercial. (FURTADO, 2005; PRADO JUNIOR, 1975; PARANHOS, 2006)

A partir daí a economia do açúcar no Brasil experienciou seu primeiro momento de crise. O complexo açucareiro brasileiro permaneceu arcaico enquanto os novos espaços produtores das Antilhas e Caribe já possuíam técnicas mais aprimoradas. Sem modernizar sua base produtiva, a busca por crescimento na economia brasileiro passou pela exploração intensiva do meio-ambiente, sob a forma do latifúndio monocultor, e do trabalho humano, sob a forma do regime escravista. São esses os traços estruturais da econômica agrícola do Brasil-colônia, como descrito por Caio Prado Jr:

Da economia brasileira, em suma, e é o que devemos levar daqui, o que se destaca e lhe serve de característica fundamental é: de um lado, na sua estrutura, um organismo meramente produtor, e constituído só para isto: um pequeno número de empresários e dirigentes que senhoreiam tudo, e a grande massa da população que lhe serve de mão de obra. Doutro lado, no funcionamento, um fornecedor do comércio internacional dos gêneros que este reclama e de que ela dispõe. Finalmente, na sua evolução, e como consequência daquelas feições, a exploração extensiva e simplesmente especuladora, instável no tempo e no espaço, dos recursos naturais do país. É isso a economia brasileira que vamos encontrar no momento em que ora abordamos sua história. (PRADO JUNIOR., 1972, p. 123).

No atual Norte Fluminense, segundo Alberto Lamego (2007), o primeiro cultivo de cana-de-açúcar teria sido iniciado ainda no século XVI por Pero Góis, responsável pela antiga Capitania de São Tomé, uma das quinze parcelas do território brasileiro inicialmente cedidas pela Coroa portuguesa à capitães donatários, sob um regime hereditário. A Capitania do Paraíba do Sul, como também foi conhecida, corresponde aproximadamente a atual área entre o sul do Espírito Santo e o norte do Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente entre os municípios de Itapemirim-ES e Macaé-RJ.

O estabelecimento dos colonos nessas terras não se deu de modo harmônico. As populações nativas impuseram limites a ocupação em um primeiro momento, mas não aguentando por muito tempo, acabaram por serem exterminadas ou obrigadas a se deslocarem para outras áreas ao interior. O crescimento da economia baseou-se na intensa incorporação da mão-de-obra escrava, que veio também a ser uma das características mais determinantes dessa organização social, caracterizada por relações verticalizadas e altos índices de desigualdades socioeconômicas que perduram até os dias de hoje. (BARBOSA, 2005; SMIDERLE, 2009)

A primeira atividade a ser estabelecida nessas terras foi a pecuária, responsável por garantir a ocupação efetiva pelos colonos. Já os primeiros engenhos de açúcar foram surgindo ao longo da segunda metade do século XVII conforme se intensificou o interesse do governo colonial na atividade. As primeiras estruturas produtivas eram compostas por um sistema de engenhocas movidas à tração animal ou rodas d'água que a partir da eclosão do industrialismo foi gradativamente incorporando as tecnologias à vapor. O Norte Fluminense acabou por se beneficiar da decadência do Nordeste açucareiro e da nova configuração territorial que se deu pela atividade extrativa do ouro e demais minerais no Sudeste brasileiro do século XVIII. (LAMEGO, 2007; PARANHOS, 2006)

Durante o primeiro período de prosperidade da atividade açucareira, o litoral nordestino havia ocupado o posto de centralidade política e econômica da colônia, tendo Bahia, Pernambuco e Alagoas entre os maiores produtores. Porém, a partir do fim do século XVII, a região iniciou um lento processo de atrofamento econômico que resultou na sua completa estagnação quando o foco da administração lusitana se dirigiu para o interior, com o início da mineração. Com grandes contingentes populacionais dirigindo-se para o interior do país, o eixo político da vida colonial foi direcionado para a região Centro-Sul e, por consequência, a capital do Brasil foi deslocada para o Rio de Janeiro, que veio a ocupar uma posição estratégica em relação à Minas Gerais e a saída para o Atlântico. (FURTADO, 2005; PRADO JUNIOR, 1975)

A região de Campos, antes um centro de segunda ordem na economia colonial, passou a assumir um papel de maior protagonismo no Brasil-Império após o período da mineração, que de forma breve perdeu fôlego, encontrando-se já na metade do século XVIII em declínio.

Foi assim bastante beneficiada pela proximidade com a nova capital, que além de ser um grande centro consumidor, agiu como ponto de interseção entre as zonas produtoras e o comércio exterior, através do porto do Rio de Janeiro.

Iniciou-se assim um período de grandes movimentações no Norte Fluminense com o surgimento de novas dinâmicas que vieram a impor uma série de transformações à paisagem com o incremento de novas formas e novas técnicas advindas da Revolução Industrial, acompanhadas por uma nova ordem de divisão do trabalho pautada pela organização classista, que vieram a ser as bases de seu desenvolvimento regional. O quadro abaixo, elaborado por Lamego (2007) demonstra a dimensão do crescimento da atividade açucareira em suas primeiras décadas desde o século XVIII:

QUADRO 1 – NÚMERO DE ENGENHOS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA ECONOMIA SUCROALCOOLEIRA.

Ano	Número de Engenhos
1737	34
1750	50
1769	55
1778	113
1783	278
1819	400
1828	700

Fonte: Lamego (2007)

2.2 O ADVENTO DE ENGENHOS CENTRAIS E USINAS E O PERÍODO CICLO DE PROSPERIDADE DO NORTE FLUMINENSE

O Engenho Central foi um sistema produtivo implantado no contexto do Brasil-Império (1822-1889), que veio a suceder os Engenhos à vapor. Tido como solução para a crise açucareira que o país enfrentara, esse modelo consistia na separação entre a agricultura e a atividade industrial onde o Engenho passaria a comprar a cana-de-açúcar de produtores independentes, não mais tendo as próprias plantações anexas. Esse modelo foi “importado” de colônias francesas e sua implantação se tornou possível a partir de políticas de financiamento do Governo Central, que visavam modernizar o setor industrial brasileiro, abrindo também a participação do capital estrangeiro. (FRANCISCO, 2009).

Smiderle (2010) detalha que o Império emprestava dinheiro a juros de 7% ao ano para os senhores de engenho, com um prazo de trinta anos para o pagamento da dívida, e estes por sua vez, tinham por obrigação fazer empréstimos para os fornecedores a juros de 8% ao ano com prazos curtos. Além disso ficariam responsáveis por implementar melhoramentos técnicos, como a construção de ferrovias e as respectivas estações.

A pressão internacional pelo fim do tráfico negreiro e a emergência de uma nova divisão do trabalho nos centros capitalistas fazem com que a não utilização de mão-de-obra escrava seja também uma pré-condição fundamental para participação das políticas de financiamento dos Engenhos Centrais. Por conta disso, esse modelo encontrou alguma resistência da elite açucareira regional, que até então confiara seu desenvolvimento na incessante incorporação de mão-de-obra escrava, tendo esses trabalhadores como parte significativa de suas posses, uma vez que o mercado escravo havia sido estabelecido como complementar à atividade açucareira nos primeiros séculos da colônia.

Essa pré-condição se mostrou como uma grande contradição, uma vez que os processos de transformação basicamente se reservaram à indústria e pouco afetaram a lavoura. Com a maior parte da antiga população cativa regressando aos canaviais, mesmo após a abolição da escravatura em 1888, por conta da completa falta de perspectivas, conservou-se a hierarquia social patriarcalista dos tempos coloniais e experimentou pouco ou nenhum progresso técnico, havendo a manutenção de práticas arcaicas. Assim a incidência de melhoramentos técnicos na transição entre os séculos XIX e XX se caracterizou como um processo de modernização conservadora.

A era das Grandes Centrais açucareiras no Norte Fluminense, se inicia oficialmente no ano de 1877 com a fundação do Engenho Central de Quissamã (ainda pertencente a Macaé), pioneiro nesse modelo produtivo em toda América do Sul. No ano seguinte, entrou em funcionamento o Engenho Central de Barcelos (São João da Barra) e a partir daí foram construídos uma série de empreendimentos dentro desse modelo nos anos que seguiram, até 1885, quando se instalou o Engenho Central de Pureza, em São Fidélis. A unidade de Poço Gordo se reestruturou como Engenho Central no ano 1932. (CONCEIÇÃO, 2016; PARANHOS, 2006; RIBEIRO, 2003).

**QUADRO 2 – LOCALIZAÇÃO E ANO DE FUNDAÇÃO DOS PRINCIPAIS
ENGENHOS CENTRAIS DO NORTE FLUMINENSE.**

Engenho Central	Município	Ano de fundação
E.C. Quissamã	Quissamã (Macaé)	1877
E.C. Barcelos	São João da Barra	1878
E.C. Limão	Campos dos Goytacazes	1879
E.C. do Queimado	Campos dos Goytacazes	1880
E.C. do Cupim	Campos dos Goytacazes	1881
E.C. de Mineiros	Campos dos Goytacazes	1883
E.C. de Santa Cruz	Campos dos Goytacazes	1884
E.C. de Pureza	São Fidélis	1885
E.C. Poço Gordo	Campos dos Goytacazes	1923

Fonte: Ribeiro (2003) e Paranhos (2006)

A implantação dessas unidades, não apenas deu origem a novas formas de integração regional, como também reconfigurou espacialmente cada um desses lugares, uma vez que para além que a estrutura fabril houve também a construção de vilas operárias, igrejas, praças, cinemas e o incremento de sistemas de transporte e toda materialidade necessária para a produção e a reprodução do capital nessas áreas.

De forma geral, a política das Grandes Centrais açucareiras não alcançou os resultados esperados no território brasileiro. Para Ramos (2007), a iniciativa fracassou devido à estrutura

de poder vigente nos principais centros produtivos, uma vez que a modernização alcançou basicamente o processamento fabril, como dito anteriormente. Isso ocorreu principalmente porque na cisão entre a lavoura e a fábrica, o setor industrial sofreu grande influência do capital estrangeiro enquanto o setor agrícola permaneceu destinado aos proprietários fundiários da oligarquia regional, muitos dos quais eram antigos senhores de engenho.

Um fator determinante ao malogro dos Engenhos Centrais foi o grande custo de sua operação. Essas fábricas de grande porte destinavam-se ao fabrico de um volume de grande ordem de açúcar, assim o tempo para colheita se fazia enorme visto a defasagem técnica da atividade agrícola e grande volume de cana necessária para o processamento. As unidades já construídas tiveram que se adaptar a partir daí a uma nova estrutura vigente, já que ao se desfazer o Império, o novo governo republicano não quis continuar financiando o oneroso funcionamento das Grandes Centrais. (SMIDERLE, 2010)

Como um contraponto às Grandes Centrais Açucareiras há o surgimento do modelo das *Usines*, que não contava com os empréstimos governamentais, mas exclusivamente com o investimento de empresários estrangeiros, franceses e ingleses em sua maioria, que projetaram e construíram unidades de menor porte e que requeriam menor quantidade de matéria-prima. Esse modelo encontrou maior sucesso e se difundiu rapidamente, principalmente durante o início da Primeira República, aos fins século XIX e início do século XX, e significou uma rápida reconversão do setor produtivo, ao unificar novamente a atividade agrícola à industrial, emergindo assim uma nova estrutura de poder fruto da concentração econômica do negócio do açúcar nas mãos do empresário usineiro. (GANTOS et al, 2006; FRANCISCO, 2009)

A figura centralizadora do empresário usineiro, uma reinvenção do senhor de engenho, ao assumir o protagonismo político regional veio a influenciar decisivamente toda a geografia do norte do estado do Rio de Janeiro. A territorialização estabelecida por essa elite não se limitou aos muros das Usinas:

A elite usineira se caracterizou por determinar a configuração espacial mediante o planejamento e investimentos em infraestrutura, como por exemplo, quando decidiam a localização das redes ferroviárias e as formas de circulação da produção. Nesse momento, as usinas, enquanto unidades produtivas passaram a desempenhar um papel estratégico na organização social do espaço, bem como na configuração da arquitetura da região que se estendera até onde seu poder de influência alcançava. (GANTOS et al, 2006, p. 7)

As modernizações desse período impuseram uma série de novas formas e novas dinâmicas à paisagem norte fluminense, como a abertura de canais fluviais e a instalação das ferrovias, que tinham como objetivo uma integração mais fluída do território, sempre voltada ao escoamento produtivo. O aumento da capacidade produtiva propiciada pelos novos engenhos e usinas demandava maior fluidez. Os fluxos que antes limitavam-se ao curso natural dos rios, geralmente em pequenas e médias embarcações, ganham desenhos próprios e se emancipando cada vez mais das limitações impostas pelo meio físico.

O incremento das ferrovias é um dado imprescindível desse período histórico, pois como dito, foi a partir desse modal que a dinâmica produtiva se tornou mais fluída, permitindo maior integração intra-regional bem como uma integração mais veloz com a capital. O desenho das linhas férreas se fez em função das unidades produtoras, sendo seu traçado correspondente a elas, tornando-se comum que os Engenhos Centrais e Usinas tivessem suas próprias estações, e linhas férreas internas, com vagões e locomotivas também próprias.

Em 1873, foi inaugurada a primeira ferrovia na região. Nos anos que se seguiram novas linhas de ferro foram instaladas, como a Estrada de Ferro Campos-Macaé, em 1878 e a Estrada de Ferro Santo Antônio de Pádua, ligando São Fidélis à Miracema. Em 1891 é construída a ferrovia Campos-Miracema, unificando as linhas existentes. Aos poucos as linhas isoladas foram incorporadas pela empresa Leopoldina Railway, dando um traçado mais consistente a malha férrea, que veio a conectar os municípios ao norte à capital fluminense através da chamada “linha do litoral”. Antes, o traslado limitava-se a navegação de cabotagem, feita pelo porto de São João da Barra⁴.

O processo de modernização pelo qual o setor sucroalcooleiro na região Norte Fluminense passou durante o século XIX e início do século XX, dentro do chamado “ciclo áureo”, foi caracterizado então pela: a) Implantação de dois modelos de indústria distintos: O Engenho Central e as *Usines*; b) Construção de uma malha ferroviária regional integrada à atividade sucroalcooleira; c) Grande fluxo de capitais estrangeiros, principalmente vindos de

⁴ Fonte: Casa Fluminense: Estações de Trem – a história conta nosso passado em trilhos.

França e Inglaterra; d) Forte intervenção governamental no período Colonial, encerrada no período republicano; e) Modernização parcial que atinge a indústria mas não a lavoura.

2.3 CRISE E TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS NO SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO NORTE FLUMINENSE DURANTE O SÉCULO XX

Os tempos de prosperidade e o surto de modernização propiciados pelo clima favorável dos mercados de commodities foram freados pela quebra dos mercados mundiais em 1929 e consequente crise de superprodução do café e do açúcar no Brasil. O impacto sentido pela indústria de base agrícola foi enorme. A partir desse momento iniciou-se um novo período na história da indústria do açúcar, marcado pela criação do IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool - na década de 30 e pelas políticas estatais protecionistas, durante o governo de Getúlio Vargas. A produção nacional do açúcar então passou a se dedicar *a priori* ao mercado interno, direcionando apenas o excedente produtivo aos mercados exteriores. Sua atuação se deu da seguinte forma:

O IAA, que tinha por missão ajudar a estabilizar a economia pós-crise de 1929, agiu de forma controladora, determinando cotas de produção para cada região, estabelecendo padrões de funcionamento, controlando a abertura de novas frentes de investimento empresarial, subsidiando setores produtivos, em especial o setor sucroalcooleiro, com empréstimos a juros baixos e longo prazo para pagamento do mesmo, compra de 10% da produção para estoque a fim de estabilizar o preço interno, deixando a livre concorrência para a exportação. (SMIDERLE, 2010, p. 49)

Outra questão importante é incremento da produção do álcool que se deu nesse período, estimulado pelo IAA, diante do contexto da introdução dos automóveis no país e a necessidade de se buscar uma alternativa à gasolina. A produção do álcool-combustível, como explica Ramos (2007, p.569) foi também a válvula de escape mais importante para diminuir e/ou evitar o crescimento dos excedentes de açúcar. Foram construídas grandes destilarias em centros estratégicos como Campos dos Goytacazes e, também, outras destilarias de menor porte na estrutura anexa de algumas das usinas e engenhos, como no caso da própria Usina Pureza (trataremos disso adiante).

Mesmo persistindo atividade, encerrou-se na década de 1920 o chamado “ciclo áureo” da região Norte Fluminense, iniciado ainda no século XIX quando Campos alcançou a hegemonia no setor açucareiro brasileiro. A perda de importância relativa no cenário nacional para São Paulo se fez mais nítida nas décadas que seguiram. O estado paulista alcançou grande prestígio durante década de 1950, pois desenvolvera ao longo dos anos uma rede agroindustrial mais sólida ao conciliar a atividade açucareira com a cafeeira e obtendo também grande êxito na produção do álcool, mesmo possuindo menos áreas agricultáveis que o Rio de Janeiro e os demais estados produtores do Nordeste. (CRUZ, 2003; MESQUITA, 2012; RAMOS, 2007)

Um outro agravante para economia Norte Fluminense foi a inclinação do Governo Federal pelo rodoviarismo em detrimento do modal ferroviário, a partir das grandes obras de infraestruturas realizadas por Juscelino Kubitschek. Nas décadas que seguiram houve a interrupção do funcionamento em diversos trechos da Estrada de Ferro Leopoldina, culminando em sua completa interrupção em meados da década de 70. A interrupção de trechos da estrada de ferro significou o isolamento de vilas e cidades. Onde antes havia fluxos de pessoas e mercadorias, com a interrupção das ferrovias, iniciaram processos de esvaziamentos de algumas cidades e a total decadência econômica.

Embora estabilizada em um primeiro momento pelas políticas protecionistas do IAA, a produção sucroalcooleira do NF não conseguiu se dinamizar. A elite usineira, que antes apresentara um perfil empreendedor, ao investir no aprimoramento técnico e na implementação de melhorias, passou a demonstrar grande acomodação diante da proteção estatal, tornando a atividade cada vez mais dependente dos recursos governamentais e engessada. (SMIRDERLE, 2010)

Como consequência da desarticulação e perda de fôlego da elite regional:

iniciou-se um processo de aquisição de usinas locais por capitais de outras regiões, inicialmente do Nordeste e depois, crescentemente, de SP, o que veio gradativamente, dentre outros fatores, a “des-regionalizar” o capital do setor no NF, reforçando a trajetória periférica do NF na dinâmica capitalista brasileira pós-30. (CRUZ, 2003, p. 97)

Já durante a década de 60 do século XX, a indústria sucroalcooleira sob a tutela do IAA iniciou um processo de redirecionamento ao mercado internacional. O período marca a inédita chegada do açúcar brasileiro nos Estados Unidos, como consequência da lacuna deixada por Cuba, ao romper com o mesmo após a revolução socialista. (CRUZ, 2003; RAMOS; 2007)

Politicamente foi uma década de muita movimentação. No Brasil, as atenções se voltaram pela primeira vez ao campo. Para Darcy Ribeiro (1995), no período entre 1960 e 1964, se começou a rever as condições do trabalho rural na conjuntura nacional, já não levando em conta exclusivamente os interesses oligárquicos. Foi estabelecida a defesa de novos valores, representados politicamente por lideranças de esquerda e um novo clero que desperta para suas responsabilidades sociais e para o combate contra a velha ordem, que por sua vez, se mostrou reativa às mudanças.

Em 1963, se alcançou, por essa via, impor o pagamento em dinheiro do salário mínimo regional, mediante uma elevação do preço do açúcar destinada a custear esses gastos, tal como se fez, antes, em benefício exclusivo dos usineiros. Como seria de esperar, essas medidas subversivas provocaram a reação mais indignada do patronato, que se uniu em protestos contra essa intervenção "abusiva" no seu mundo privativo, que lhe prevê as rendas que usufrui e lhe proporciona os votos que negocia, permitindo manter os privilégios que desfruta por direito de herança e por força de sua hegemonia política". (RIBEIRO, 1995, p. 203)

As transformações que se enunciavam pareciam decretar o fim do patronato açucareiro, já esgotado no plano econômico, mas que garantia seu prestígio através preservação, mediante processos políticos, da antiga dominação. Essas esperanças acabaram frustradas com a derrubada do governo reformista e o retorno à antiga estrutura de poder, por mãos do regime militar. A velha oligarquia, pode assim defender a perpetuação de seus privilégios e interesses minoritários. (RIBEIRO, 1995)

Regionalmente, a década de 1970 foi marcada pela rearticulação das elites agroindustriais do Norte Fluminense frente as ameaças da "des-regionalização" pelo capital paulista. O processo de fechamento teve como alicerce a evocação de uma identidade regional, como explica José Luiz Vianna da Cruz (2003, p. 79):

A evocação regionalista, da identidade territorial em torno do Norte Fluminense, por parte das elites da pecuária e da agroindústria açucareira, lideradas pela fração industrial desta última, na virada da

década de 70, remete a um imaginário que tem sustentação num “passado glorioso”, no qual o Norte Fluminense possuía projeção nacional nessas atividades econômicas, além do café. Evoca, ainda, uma posição de autoridade legítima, para dentro da região, dos membros dessas elites, para chamar a si a condição de representantes dos interesses regionais junto às diversas escalas dos poderes públicos constituídos, de onde emanavam os recursos para os investimentos no setor.

Pela primeira vez a região Norte Fluminense foi oficializada pelo IBGE, a partir do Censo Agropecuário de 1975, sendo composta por 14 municípios, sendo eles Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabu, Macaé, São Fidelis, S. João da Barra, Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade do Carangola, Porciúncula, Cambuci, Miracema, Itaocara e Santo Antônio de Pádua⁵. Esses municípios foram reconhecidos por compartilharem bases materiais e simbólicas e principalmente por participarem de ações e práticas político-econômicas regionais. (CRUZ, 2003)

Assim surgiram uma série de articulações que deram corpo a um projeto maior de desenvolvimento que se enunciava regional, embora na prática se restringisse aos interesses dos agentes hegemônicos: usineiros, pecuaristas e grandes proprietários de terra. O fechamento do NF foi realizado a partir de dispositivos discursivos e movimentos políticos locais e foi possibilitado pelo contexto maior nacional, de viés político conservador e economicamente desenvolvimentista, impulsionado pelo chamado “milagre econômico brasileiro” (CRUZ, 2003; PIQUET, 2003)

Foi sob os auspícios do Estado ditatorial militar, que promovera a modernização da indústria brasileira e, ao mesmo tempo, freara possíveis reformas sobre a estrutura política agrária, que as oligarquias norte-fluminenses garantiram sua continuidade, apostando no fechamento regional legitimado pelo discurso identitário. A atividade sucroalcooleira do NF, já reduzida pelo fechamento de parte considerável de usinas, encontrou um novo fôlego, que viria a ser seu último suspiro, sustentado pelo estímulo à produção do álcool.

O PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool – foi uma iniciativa do Governo Federal, no contexto da crise global do petróleo, que visou a substituição em larga escala do consumo de gasolina pelo álcool anidro a partir de subsídios e financiamentos públicos. O

⁵ Até então, esses municípios encontravam-se oficialmente divididos administrativamente entre três micro-regiões: A micro-região açucareira de Campos, a micro-região de Itaperuna e a micro-região de Miracema. (PIQUET, 2003)

Governo, através da Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, ficara responsável pela compra, transporte, armazenamento e distribuição do combustível, bem como a determinação do seu preço de venda. Além disso, estimulou a construção de destilarias anexas às usinas, gerando uma nova dinâmica no estagnado setor sucroalcooleiro norte fluminense. (MICHELLON et al, 2008)

Com a reconfiguração produtiva, as usinas da região expandiram seu parque industrial em grande escala, sem, entretanto, ampliar as dimensões das lavouras de acordo com as novas demandas das unidades industriais. A falta de abastecimento tornou-se um problema crônico e uma das principais razões para o declínio final do setor sucroalcooleiro ao norte do estado do Rio de Janeiro. (FRANCISCO, 2009; SMIDERLE, 2010)

Nesse período histórico, apesar dos esforços das elites regionais, ocorre a passagem de grande número de usinas para empresários de outras regiões, que interessavam-se mais pela aquisição das quotas de produção, do que pelas instalações industriais em si, já defasadas tecnologicamente em sua maior parte. A administração das usinas deixou de ser comandada pelo modelo tradicional, no qual a família exercia um papel central, passando para um modelo de empresas geridas por grupos econômicos, dos quais muitos vinham a ter investimentos em outros ramos da economia. (FRANCISCO, 2009; PIQUET, 2003)

É também na década de 1970 que emana outra condicionante que altera todo quadro regional: A descoberta do petróleo na bacia de Campos e o estabelecimento do ciclo extrativo, que viria a tomar o posto da economia sucroalcooleira, já devastada por sucessivas crises, imobilizada diante da falta de progresso da arcaica lavoura e pela dependência das oligarquias sucroalcooleiras de políticas protecionistas. Assim, a concorrência do petróleo decretou o fim da hegemonia sucroalcooleira na região, que passara a um papel secundário e constantemente reduzido.

De região protegida pelo Estado-nacional desenvolvimentista, no período da agroindústria, e “fechada” por sua elite, sofre um processo de ruptura com seu passado quando da descoberta de petróleo em seu litoral. Vê-se então inserida em um mundo globalizado, complexo, rico e pouco afeito ao “local”. Mas o petróleo chegou para ficar, ainda que não seja eterno, posto que riqueza não-renovável. (PIQUET, 2003, p. 222)

Durante as décadas que seguiram, a economia regional do açúcar e álcool não encontrara perspectiva de uma retomada. A crônica dificuldade de se contornar a crise do

setor passa pelo multiforme desafio que engloba as questões agronômicas, fundiárias, econômico-financeiras, ambientais e sobretudo socioculturais. (SMIDERLE, 2010)

Com as atenções direcionadas à atividade petrolífera, o recorte regional que tinha como referência a produção sucroalcooleira enfrentou uma desarticulação, passando, em seu detrimento, a ganhar importância outra organização intermunicipal: a OMPETRO – Organização dos Municípios Produtores de Petróleo⁶. Ficaram excluídos dessa nova composição os municípios interioranos, dentre eles, São Fidélis.

Há também a fragmentação da região com o surgimento da Meso-região Noroeste Fluminense, que se originou do desmembramento do NF em 1987. Ficou o NF, a partir daí, denominado oficialmente Meso-Região Norte Fluminense, agora reduzido a 06 municípios, contra 10 da nova Meso-Região Noroeste-Fluminense. (CRUZ, 2003)

⁶ Compõe a OMPETRO, os municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra (PIQUET, 2003)



Diante da imobilização de seus agentes perante o complexo panorama, o NF presenciou o encolhimento de seu parque industrial. Assim, de um total de 33 usinas em 1914 passou o número de 17 usinas em 1990. As quais foram fechando nas décadas seguintes, existindo apenas 5 em atividade em 2005 (Figura 2), passando a apenas 2 unidades no ano de 2014 (CONCEIÇÃO, 2016; LAMEGO, 2007)

Figura 2: Usinas em atividade e desativadas no Norte Fluminense, até 2005⁷.

O Norte Fluminense se constituiu historicamente como um dos mais importantes polos produtivos do setor sucroalcooleiro do Brasil. Desde os tempos coloniais, quando houve estabelecimento dos cultivos de cana-de-açúcar na baixada campista, a região foi tida como vocacionada a atividade açucareira pelos colonos. A expansão da atividade durante o período imperial significou também sua difusão para áreas ao entorno da baixada campista e um

⁷ Fonte: Gabriela Campagnol, 2008 – Usinas de açúcar: habitação e patrimônio industrial.

arranjo regional costurado pela elite do açúcar, combinando capital de origem estrangeira e políticas governamentais intervencionistas. Essas dinâmicas orientaram uma série de transformações nas/das paisagens e fundamentaram a base da formação socioespacial da região e dos lugares que a compõe, marcados pela inserção parcial e conservadora no sistema-mundo. Ao fim do século XX, com o início da atividade do petrolífera e o esvaziamento do setor sucroalcooleiro, a região se vê diante de um novo paradigma: Qual será o futuro desses “lugares do açúcar” dentro da nova configuração socioespacial que emerge no Norte Fluminense? Estão eles fadados a tornarem-se ruínas? Nesse sentido, o que nos dizem a linguagem das ruínas?

CAPÍTULO 3

A FORMAÇÃO SÓCIOESPACIAL DA USINA PUREZA DE SÃO FIDÉLIS

Feita essa contextualização do Norte Fluminense enquanto região sucroalcooleira, trataremos das dinâmicas de expressões mais locais, especificamente referentes a Usina Pureza e as vilas ao seu entorno, que constituem lugares criados pelo açúcar e que vivem atualmente sob um novo paradigma, após a estagnação produtiva do setor e a transmutação de seu patrimônio industrial em ruínas.

Nos interessa refletir sobre sua formação socioespacial. Esse conceito, cunhado por Milton Santos (2014b), expressa a relação indissociável entre o modo de produção e a formação social que a partir da incidência de processos globais totalizantes dá origem a uma configuração particular em dada parcela do espaço. Para tal se buscara identificar como se deu essa específica articulação entre agentes e processos de nível local, regional, nacional e global e entender de que maneira influenciaram na configuração espacial, e conseqüentemente na composição das paisagens.

3.1 A USINA COMO ESTRUTURA INTEGRADORA REGIONAL E FATOR DETERMINANTE NA COMPOSIÇÃO INTERNA DE SÃO FIDÉLIS

Uma das últimas Grandes Centrais açucareiras a ser fundada na região, o Engenho Central de Pureza, ou simplesmente Usina Pureza, como tornou-se popularmente conhecida⁸, foi durante um longo período a principal indústria do município de São Fidélis e responsável sua integração com a região “açucareira”. Sua trajetória e seu o ciclo produtivo estiveram atrelados às dinâmicas regionais, que encontravam na baixada campista sua maior expressão de centralidade.

⁸ A confusão entre as nomenclaturas foi algo comum. Durante a ascensão dos Engenhos Centrais, algumas das antigas engenhocas parecerem ter se utilizado dessa nomenclatura, da mesma forma que após o estabelecimento do modelo das Usinas, os engenhos centrais também se apropriaram do nome, que se tornou a partir daí uma nomenclatura genérica para as unidades produtivas sucroalcooleiras, de maneira geral.

A Usina Pureza de Indústria e Comércio então, mesmo localizada para além dos limites de Campos dos Goytacazes, se constituiu parte importante do complexo produtivo regional, como afirma Alberto Lamego em sua obra “O homem e o Brejo”, ao analisar dados referentes a produção açucareira:

Todas elas (usinas) próximas, são integralmente unidas ao grupo campista, por terem nascido sob a influência direta da irradiação cultural da planície em municípios desmembrados da primitiva comarca de Campos, cujo centro financeiro ainda hoje dirige a atividade industrial de quase todas. (LAMEGO, 2007, p. 123).

Em sua origem, São Fidélis foi parte do território de Campos dos Goytacazes, sendo fundada em 1781 a partir da ocupação jesuítica sob o território de grupos nativos *Coroados e Puris*. Após a instalação dos colonos, a antiga vila alcançou desenvolvimento na agricultura e na pecuária, culminando em sua emancipação, ocorrida em 1870, quando foi elevada à categoria de cidade⁹. O cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar, hoje praticamente abandonados em detrimento de outros gêneros, foram outrora os grandes motores de seu desenvolvimento e de sua integração com a economia regional.

Sabe-se que durante o período colonial já havia a presença de plantações de cana e antigos engenhos, que assim como nos casos de Quissamã e Barcelos, foram responsáveis por estabelecer a base da cultura canavieira local que culminou no estabelecimento da indústria sucroalcooleira nessas áreas. O Engenho Central de Pureza, fundado sob o contexto imperial, tornou-se a maior representação do município na atividade açucareira e parte fundamentalmente de seu patrimônio industrial.

As transformações causadas pela implantação dessa indústria foram de grande ordem, uma vez que seu funcionamento não se limitava aos muros da estrutura fabril. Foram construídas uma série de estruturas como vilas operárias, praças, igrejas e demais elementos geográficos implantados com vista em garantir a ocupação territorial desse espaço, que até então restringia-se a uma vida inteiramente rural em um ambiente pouco transformado. Ergueu-se com o Engenho todo um mundo em miniatura, que funciona ao redor da fábrica e suas necessidades.

Dentre os objetos geográficos instalados em anexo, há de se destacar a ferrovia e suas estações ferroviárias, infraestruturas que foram fundamentais para o funcionamento da

⁹ Fonte: IBGE.

economia sucroalcooleira, permitindo a rápida circulação das mercadorias e a formação de uma malha regional dos “lugares do açúcar” do Norte Fluminense, além da integração desses lugares com o mundo exterior, demonstrando que as relações interescalares se davam a partir da Usina, passando pela cidade de Campos, como centro regional, interagindo com os sistemas financeiros da cidade do Rio de Janeiro, centralidade nacional e dali para o mundo.

Campos, sendo principal centralidade regional do NF, reunia não só as principais estruturas do sistema produtivo regional, como galpões de armazenamento e escritórios administrativos dos empresários usineiros, mas também uma vida social intensa para os homens, com cafés, cine-teatros, turf e jóquei clube, além dos clubes sociais frequentados pelas famílias dos usineiros. Havia ainda uma vida artística em Campos com conservatórios, sociedades musicais, teatros e demais atrativos que polarizavam a vida cultural de Campos e dos municípios vizinhos.

O traçado das linhas férreas do Norte Fluminense, hoje abandonadas, é compatível com a cartografia da atividade açucareira regional, uma vez que os caminhos das estradas de ferro – os consequentes pontos por onde passava - foram determinados politicamente por força das elites locais. Tal fato reflete a ponderação feita por Santos (1996; 2014a) de que todo dado técnico, é sobretudo um dado político, tendo vista as definições de seus usos e os agentes que contemplados por eles.

A indústria do açúcar reorganizou internamente o território fidelense e reconfigurou a estrutura espacial local que a precedera. O atual arranjo político-administrativa do município, composto pelos cinco distritos - São Fidélis (sede), Ipuca, Pureza, Colônia e Cambiasca - foi diretamente influenciada pelo advento da usina e a instalação da rede ferroviária e estações.

Mais especificamente, influenciou de forma direta sob a composição dos distritos de Pureza e Colônia. Seu funcionamento acabou por confundir a geografia dos dois distritos. Povoados de distinta ocupação que surgiram divididos pelo Rio Paraíba do Sul, mas que acabaram por se integrar através da atividade açucareira a partir da complementaridade entre dois objetos técnicos: a fábrica e a ferrovia. A produção, a circulação e o consumo de bens e serviços.

Colônia denominava-se a princípio Dois Rios. Lá se concentraram grandes números de colonos europeus de origem diversa, dos quais mais se destacavam os franceses. É nesse distrito onde está situada a Usina Pureza, apesar da confusão toponímia com o distrito vizinho.

Já o distrito de Pureza, que em primeiro momento chamava-se Timbó em referência a uma espécie botânica local, recebeu o atual nome em alusão à estação ferroviária que lá se localizou e ganhou destaque. A Estação de Pureza, foi nomeada a princípio como Estação dos Coqueiros e a partir do funcionamento integrado entre a ferrovia e a indústria, acabou ganhando a alcunha da usina. Depois, apenas no ano de 1938, o distrito acabou por reconhecer oficialmente o nome Pureza.

A estrada férrea que veio passar por São Fidélis tinha sua origem em Miracema-RJ, localizada à noroeste, e seu destino à Campos dos Goytacazes. Seu traçado seguia paralelamente o curso do Rio Paraíba do Sul, estando fixada em sua margem esquerda – oposta a Usina – onde ficara o antigo distrito de Timbó. Assim, houve a necessidade de implantar um grande guindaste para realizar o atravessamento dos materiais entre a usina e a estação ferroviária. Antes separados pelas dinâmicas naturais, com o rio se impondo como uma barreira geográfica, os distritos passaram a desenvolver-se integralmente a partir dos avanços técnicos e pela ação humana que contornara os limites físico-naturais.

De tal maneira, a atividade açucareira em sua gênese em São Fidélis influenciou na formação socioespacial e na transformação das paisagens a partir de dois movimentos:

- (i) Externamente, foi o trem o responsável por conectar os lugares do açúcar do Norte Fluminense com o mundo exterior a partir da Estrada de Ferro Leopoldina Railway. O escoamento produtivo teve uma forma dendrítica obediente a hierarquia de centralidade seguinte: Pureza (Centralidade local) – São Fidélis (Sub-centralidade regional) – Campos (Centralidade regional) – Rio de Janeiro (Centralidade nacional) – Mercados exteriores.
- (ii) Internamente, a Usina e o advento da ferrovia criaram novas dinâmicas no território de São Fidélis, sendo determinantes para a divisão político-administrativa do município, influenciando as toponímias e condicionando os distritos de Pureza e Colônia a formas de desenvolvimento distintas, porém integradas.

O mapa seguinte mostra a localização da Usina Pureza no município de São Fidélis. Pode-se observar sua posição relativa ao Rio Paraíba do Sul, à desativada Estrada de Ferro Leopoldina e às rodovias ao entorno, bem como sua localização dentro da Região Norte Fluminense. Além disso, é importante observar a divisão político-administrativa interna do

município principalmente os distritos destacados em tom mais escuro, que foram imediatamente influenciados por ela: Colônia e Pureza.

As principais rodovias de acesso são a RJ-234 (Cambuci-Italva), a RJ-158 (Campos-Carmo), a RJ-192 (Itaocara-São Fidélis) e a RJ-194 (Campos-Itabapoana). Está última, no município de Campos, integra-se com a BR-101, a rodovia federal que segue longitudinalmente paralela a faixa litoral, integrando diretamente o norte do estado com a capital do Rio de Janeiro e os demais estados da costa leste brasileira, desde o Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul.

LOCALIZAÇÃO DA USINA PUREZA NO MUNICÍPIO DE SÃO FIDÉLIS, RJ

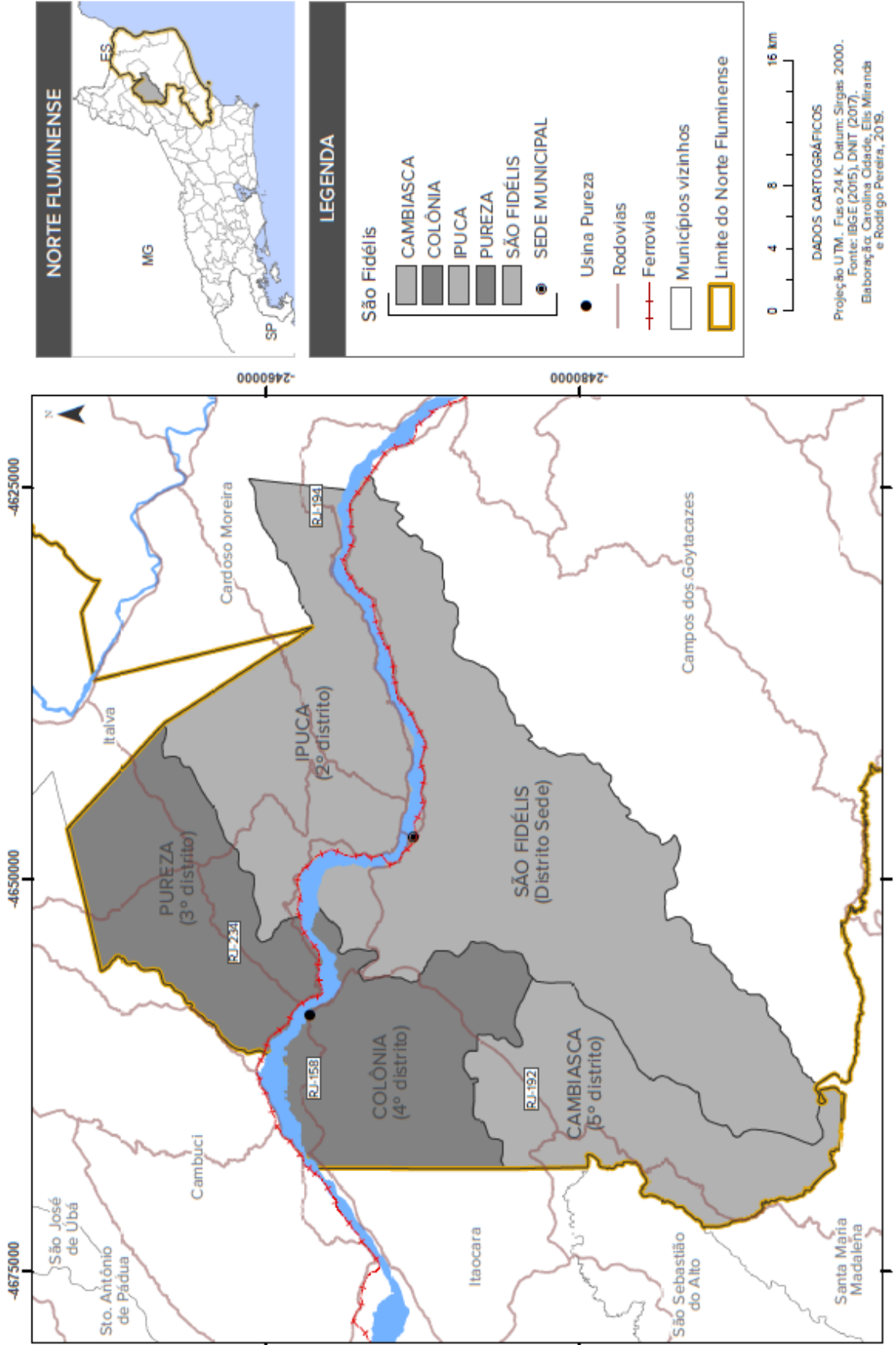


Figura 3: Mapa . Elaboração: Carolina Cidade, Elis Miranda e Rodrigo P. P. da Silva, 2019

3.2 COMPOSIÇÃO DOS DISTRITOS DE COLÔNIA E PUREZA E A ESPACIALIZAÇÃO PARA ALÉM DO ENGENHO CENTRAL

A composição populacional tornou-se um dado imprescindível para a espacialização de ambos os distritos citados. Os estrangeiros que se instalaram em Colônia, antigo Dois Rios, constituíram a base de uma elite local constituída de colonos europeus de diferentes nacionalidades, com destaque para os de origem francesa, belga e portuguesa. Além destes também fala-se sobre a presença de imigrantes italianos, espanhóis e alemães, que teriam vindo ao Brasil fugidos da I Guerra Mundial¹⁰. Durante o processo de ocupação do território, os imigrantes mais afortunados se ocuparam principalmente das atividades pecuária e agrícola, tornando-se grandes empresários e proprietários de terras, enquanto outros ocuparam cargos na usina que necessitavam de maior domínio das técnicas modernas, como engenheiros e mecânicos, constituindo como uma classe, que apesar de trabalhadora, dispunha de certo prestígio em relação aos trabalhadores da lavoura.

A parcela de trabalhadores da lavoura era basicamente composta por mestiços e negros de origem africana, traficados para o Brasil durante o período colonial e imperial por força da escravidão, que permaneceram dedicados a atividade agrícola mesmo após a abolição da escravatura, uma vez que havia sido conservada a estrutura agrícola das plantations, sendo negada aos ex-escravizados e seus descendentes qualquer possibilidade de ascensão social e acesso à terra. Já a população indígena que ali habitara antes e até coexistindo num primeiro momento com a ocupação colonial, foi aos poucos migrando para as matas interiores, como maneira a escapar da exploração do trabalho imposta pelo colono branco.

Outro componente fundamental da população fidelense são imigrantes árabes, de origem sírio-libanesa. Essas famílias chegaram em um segundo momento, a partir dos grandes fluxos migratórios que o Brasil recebeu durante os séculos XIX e XX¹¹. Sua presença mais marcante foi, sem dúvidas, no comércio. Tendo amplo domínio sobre as técnicas mercantis,

¹⁰ Segundo o historiador Freitas (2017), em publicação no site SãoFidélisRj, Colônia teve a segunda maior em quantidade de imigrantes do Estado do Rio de Janeiro, ficando atrás somente de Petrópolis.

¹¹ Em 1876, o Imperador do Brasil D. Pedro II visitou o Líbano, a Síria e a Palestina. Segundo alguns relatos o imperador convidou famílias da região para migrarem ao Brasil. Poucos anos depois os primeiros imigrantes chegavam ao nosso país. Fonte: Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

esses imigrantes tornaram-se donos de comércios de grande vulto em toda região, mas principalmente em São Fidélis e no distrito de Pureza.

Dessa maneira, os distritos de Pureza e Colônia se configuram espacialmente da seguinte forma: divididos pelo Rio Paraíba do Sul, acabaram por ter duas principais ocupações a funcionar dependentes do Engenho Central, denominadas Vila Usina Pureza e Vila Pureza. A primeira fica na margem direita, no distrito de Colônia e foi onde se instalou a usina e a sua vila de trabalhadores da usina, a outra, localizada na margem oposta, foi onde se desenvolveu a vida mais comercial do distrito, marcada pela presença da população de origem libanesa.

A implantação do Engenho Central deu origem então a duas configurações espaciais diferenciadas e dotadas de dinâmicas próprias, uma mais arraigada ao próprio local, onde se estabeleceram os sírios-libaneses e demais populações locais e a outra integrada com frações espaciais de escala superiores relacionadas à usina e suas atividades, sob o controle dos colonos europeus, principalmente os de origem francesa, primeiros proprietários da usina e detentores de considerável parcela das terras ao entorno, sendo também importantes fornecedores de matéria-prima para a mesma, compondo assim uma classe hegemônica e um patronato local.

3.3 A CONSTITUIÇÃO E A TRAJETÓRIA DO ENGENHO CENTRAL DE PUREZA

Estando esclarecida a relação entre o terceiro e o quarto distrito de São Fidélis e a complexidade geográfica criada a partir das dinâmicas de funcionamento entre a fábrica e o modal ferroviário, podemos nos dedicar a trajetória da Usina Pureza enquanto firma e como meio de produção, com vista em identificar os agentes envolvidos nas sucessivas transformações das/nas paisagens locais e os diferentes contextos político-econômicos em que estavam inseridos¹².

A história da Usina Pureza começou a ser escrita no ano de 1884, quando foi autorizada pelo Governo Imperial a construção do Engenho Central à Raphael Sanchez nas

¹² Os dados apresentados neste capítulo foram encontrados a partir da pesquisa realizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, onde encontram-se disponíveis para acesso um grande volume de jornais, revistas e demais periódicos, que datam desde o século XVIII até os dias atuais.

terras de sua fazenda denomina Pureza, em Dois Rios, atual distrito de Colônia. Nessas terras já haviam sido estabelecidos cultivos de cana-de-açúcar e de café por Sanchez e os demais colonos que encontraram ali algum sucesso, reunindo condições materiais para o estabelecimento agroindústria açucareira. (A SENTINELLA, 1884; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1885; MONITOR CAMPISTA, 1885)

Logo nos primeiros anos, outros colonos se associaram à Sanchez e fundaram a Companhia Engenho Central da Pureza em 1887 que além da unidade industrial, também tinha posse de três grandes fazendas produtoras de cana: a Fazenda Pureza (sede do Engenho, com 70 alqueires); Fazenda Santo Antônio (à 5km da sede, com 120 alqueires) e Fazenda dos Tanques (à 10 km da sede, com 120 alqueires). Essas fazendas produziam parte da cana destinada a usina, que era complementada por demais produtores de menor porte espalhados pela localidade e arredores. (JORNAL DO COMMERCIO, 1894; 1896)

A companhia contava com um sistema ferroviário interno com extensão de 30 km. A linha férrea integrava as áreas de plantio com a sede da indústria e contava com duas locomotivas e 70 vagões disponíveis para o transporte de cana e de lenha. Houve ainda a instalação de um guindaste para realizar o atravessamento dos produtos sobre o rio, em direção à estação de trem (DIÁRIO DO BRASIL, 1884; JORNAL DO COMMERCIO, 1894; 1896)

O trabalho nas propriedades agrícolas seguiu a princípio um sistema meeiro, onde os trabalhadores e suas famílias se instalavam nas propriedades da companhia, recebendo moradias e terras para cultivo de subsistência, sendo depois também complementado por trabalhadores jornaleiros, que chegavam à quantidade aproximada de 100 homens, nos primeiros anos da companhia. (JORNAL DO COMMERCIO, 1894)

O engenho, propriamente dito, era composto por um prédio principal, onde ficava a estrutura administrativa, composta por escritório, almoxarifado e um depósito de açúcar. No pavilhão em anexo ficava localizado o maquinário, onde era realizado o processamento da cana e o preparo do açúcar, que se dava em até oito etapas operacionais, divididas em três plataformas¹³. Havia ainda uma oficina para reparos, uma ferraria, uma serraria e um grande armazém. Essas atividades eram ocupadas por cerca de 46 trabalhadores nos primeiros anos de operação. (JORNAL DO COMMERCIO, 1894)

¹³ O maquinário do Engenho era basicamente composto por: moenda, tanques de filtragem, caldeiras, turbinas, tinas de fermentação e alambiques.

Foi construída também toda uma estrutura nas imediações da usina, com um grande refeitório, padaria, escola, casas para os empregados e um grande pátio externo. Separadamente da vila operária, havia a casa do chefe mecânico, cargo de relevante prestígio na economia sucroalcooleira. (JORNAL DO COMMERCIO, 1894)

A instalação do Engenho Central foi realizada pela Sociedade Anônima dos Estabelecimentos Cail, empresa francesa, que tinha como representante de suas operações no Brasil o engenheiro Francisco Lumay. A companhia dedicava-se a serviços de engenharia e de importação de maquinário e realizou uma série operações pelo território brasileiro, como edificações, instalações de ferrovias, canalizações de rios, além de fornecer material industrial para o funcionamento para as fábricas, se constituindo como um grande agente da industrialização do Brasil pós-colonial¹⁴. (ALMANAK LAEMMERT, 1891; 1893; 1894)

Francisco Lumay foi uma figura-chave na história da Usina Pureza, não só por ter realizado as operações para sua montagem, mas por ter se tornado proprietário da mesma alguns anos depois. Ele já havia sido diretor do Engenho Central de Barcelos anteriormente e fornecido maquinário para o Engenho de Central de Quissamã e acabou por adquirir a firma de Pureza após a liquidação da companhia em 1896, determinada justamente por conta de uma dívida com S.A. Cail. (JORNAL DO COMMERCIO, 1897)

Em associação com Izidóro Pamplona, Lumay se tornou proprietário e diretor do Engenho Central da Pureza. O prestígio que alcançou parece estar associado às conexões nacionais e internacionais que tinha. Em 1881, segundo nota do “Monitor Campista” (1881), o engenheiro foi encarregado pelo Ministro da Agricultura de ir até as Antilhas para estudar os melhoramentos da lavoura da cana e da indústria açucareira. Sabe-se que muitas das técnicas implantadas pelos engenhos centrais tiveram como inspiração o modelo aplicado nas colônias antilhanas, logo imagina-se que Lumay tenha sido um dos mais importantes agentes desse processo.

No período em que comandou as atividades da Usina Pureza, buscou modernizar constantemente a estrutura produtiva industrial a partir da importação em grande volume de

¹⁴ Algumas das operações da empreiteira no Brasil foram: a canalização dos rios Mantiqueira e Xerém (RJ), construção de Engenhos em Pernambuco, a construção de uma Hospedaria para imigrantes (MG), dentre outras.

maquinário estrangeiro e articulou visitas de políticos de reconhecimento nacional e internacional, com vista em agregar certo *status-quo* ao negócio¹⁵.

A administração da firma Lumay & Pamplona, entretanto, se envolveu em uma série de conflitos, principalmente após a morte de Francisco Lumay em 1910, quando assumiram os negócios seu filho Gastão Lumay e seu genro René Signourel de Pointis. Os fornecedores de matéria-prima passaram a acusar a administração da usina de não honrar seus compromissos através da imprensa ao mesmo tempo em que vários de seus credores hipotecários acionavam a empresa na justiça pelo não pagamento de seus dividendos.

A dívida gerada pela administração dos herdeiros de Lumay com Manoel Ferreira Machado, renomado empresário e político campista, rendeu um longo litígio judicial que se estendeu por mais de sete anos, sendo publicadas nesse meio tempo uma série acusações por ambas as partes envolvidas no processo em diversos impressos. O processo, que chegara até o Supremo Tribunal Federal, culminou na penhora da usina e toda sua estrutura em 1921, quando passara à posse de Ferreira Machado, através de sua firma Ferreira Machado & Cia¹⁶¹⁷.

Ferreira Machado, além da usina de São Fidélis, era também proprietário da Usina Sant'Anna, localizada no Estado de Minas Gerais. Isso possibilitou que as unidades ocasionalmente complementassem as quotas de produção uma da outra, quando alguma delas não alcançasse os números estabelecidos pelo IAA, que passara a regular o mercado do açúcar e do álcool depois da crise de superprodução de 1929.

Já em 1942, foi feita a construção de uma destilaria em anexo à estrutura produtiva açucareira, iniciando a era da produção com o álcool combustível. Até então, a usina produzia apenas o chamado “mel rico”, substância beneficiada da cana-de-açúcar utilizada no fabrico

¹⁵ Destaca-se uma visita feita pelo Ministro da Bélgica, Alberic de Fallon, às dependências do Engenho de Pureza no ano de 1900, organizada por F. Lumay. Fonte: O Fluminense (1900, ed. 09)

¹⁶ O litígio judicial foi intensamente noticiado e ganhou grande destaque em diversos veículos como A Epoca (1914); A Noite (1913; 1914); A Razão (1917); Correio da Manhã (1917); Gazeta de Notícias (1916; 1917); Jornal do Brasil (1914; 1917); Jornal do Commercio (1913; 1914); O Fluminense (1920); O Imparcial (1917) e O Jornal (1920).

¹⁷ Curiosamente, os herdeiros de Lumay se mantiveram como proprietários de muitas das terras produtoras de cana nas proximidades da usina e mantiveram os vínculos com empresa enquanto fornecedores de matéria-prima. Anos mais tarde, em 1972, tentariam ainda reaver as posses da Usina Pureza, questionando a validade do processo judicial que lhes custou as posses da usina, sem, entretanto, obter êxito. Só a partir daí que a família Lumay de Pointis rompeu definitivamente com a produção do engenho de Pureza (O FLUMINENSE, 1972)

final do álcool-motor¹⁸. A obra foi realizada pela CODIQ (Companhia de Destilarias e Instalações Químicas Ltda.), responsável por construir diversas outras destilarias pelo Brasil, principalmente na Região Norte Fluminense, como feito nas usinas do Queimado, Barcelos e Cambaíba. Também foi essa companhia a responsável pela construção da Destilaria Central de Campos, citada anteriormente (sessão 2.3). Esse conjunto de incrementos técnicos foi propiciado pelo contexto nacional de direcionamento econômico para indústria do combustível, regido pelo IAA.

Com a morte de Ferreira Machado, ocorrida em 1946, os sócios de sua firma Ferreira Machado & Cia.¹⁹ optaram por alternar o nome de sua empresa para UPIC - Usina Pureza de Indústria e Comércio Ltda, focalizando seus negócios nesta unidade. Com isso, a usina passara novamente a ser administrada por uma sociedade, como havia sido entre 1887 e 1896, não havendo uma figura central no comando das operações expressa pelo empresário usineiro, símbolo máximo do patronato regional até então. (JORNAL DO BRASIL, 1946; JORNAL DO COMMERCIO, 1946)

A década de 50 do século XX marcou o início do declínio da economia sucroalcooleira do Norte Fluminense. Na Usina Pureza, eclodiram diversos conflitos entre os trabalhadores²⁰, tanto do campo quanto da fábrica com o patronato, como os relatados abaixo:

Exploração - O sr. Dail de Almeida, para denunciar a exploração que vem sofrendo os trabalhadores da usina de Pureza, em São Fidélis, os quais, além de não terem recolhidas as suas contribuições para a previdência social, estão sendo explorados no pagamento das casas onde moram (...) (O Fluminense, 1955, Edição 22257)

O jornal “Voz Operária” (RJ), publicou a seguinte nota, em 1957:

EXPLORAÇÃO IMPIEDOSA DOS TRABALHADORES – À custa da miséria dos trabalhadores, os usineiros estão podres de ricos. A usina de Pureza produz em média 300 mil sacos de açúcar, além da produção de álcool. O gerente da usina e seus capatazes, traz em

¹⁸ Segundo Ramos (2007), o “mel rico” pode ser considerado o principal subproduto da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 e 1975, principalmente nas usinas dos estados de Rio de Janeiro e São Paulo.

¹⁹ Seus sócios, segundo consta, eram: Olavo Cardoso, Joaquim Miguel Henriques, Armando Ritter Vianna, Eddinis Pereira de Sousa, Ari de Oliveira e Sousa.

²⁰ Vale lembrar que a lei que estabelece a CLT data de 1º de maio 1943, mas as normas em favor do trabalhador começaram ainda no início do governo de Getúlio Vargas, nos anos de 1930.

pânico os trabalhadores: os novos são postos na rua, os mais velhos são suspensos, transferidos, demitidos sem indenização. E os trabalhadores que procuram casa fora da usina, para evitar pagar aquele aluguel absurdo são mandados embora. Só há uma solução: os operários e assalariados agrícolas se unirem em associações, como fizeram os do Engenho Central. Essa é a única forma de fazer respeitar os seus direitos. A união faz a força.

Outra matéria, essa publicada pelo impresso “O Jornal” (RJ) em agosto de 1964 com o título “Agitadores ameaçam S. Fidelis valendo-se da disputa entre a Usina e alguns trabalhadores”, relata o temor pela eclosão de “um movimento de caráter social” diante das manifestações de classes trabalhadoras contra a gerência da UPIC. Completa ainda dizendo que os trabalhadores haviam vencido uma ação judicial coletiva movida contra a empresa, acusada de efetuar os pagamentos de seus funcionários em gêneros de seu armazém e quotas de açúcar e que a mesma não havia cumprido as determinações da lei, causando a revolta dos trabalhadores.

Os conflitos trabalhistas indicavam a grande instabilidade da indústria fidelense a partir da segunda metade do século XX. Somavam-se aos problemas de ordem social as más condições da lavoura arcaica e entraves territoriais referentes a infraestrutura de transporte e circulação.

Com o redirecionamento do país ao modelo rodoviário, as ferrovias foram sendo suprimidas durante a décadas de 60, 70 e 80, encontrando-se quase que totalmente desativada a E. F. Leopoldina ao fim desse período. Pureza e o Engenho Central foram demais prejudicadas por esse fato, uma vez que desenvolveram-se ao redor da ferrovia, tendo uma estrutura rodoviária bastante precária, principalmente para o transporte de grandes cargas demandadas pela atividade agroindustrial. Segundo uma publicação do jornal “O Fluminense”, em 1973, “estradas fidelenses são as piores do Norte Fluminense”.

Nesse período, a principal a entrada e saída de veículos automotores da Usina Pureza era uma ponte de madeira sobre o Rio Paraíba do Sul, denominada “Ponte do Açúcar”. Não foi possível constatar quando foi construída, porém sabe-se que na década de 1970 ela já apresentava condições precárias, sendo interditada por diversas vezes por estar em iminência de cair. Nos fins do século XX, diversas publicações em jornais fazem apelo a construção de uma nova ponte e estradas, alegando que só assim poderia sobreviver a indústria. Muitas dessas melhorias, porém, só foram realizadas nas décadas de 1990 e 2000, quando talvez já

fosse tarde demais. (A LUTA DEMOCRÁTICA, 1971; O FLUMINENSE, 1972; JORNAL DO BRASIL, 1975;1976)

Houve ainda uma série problemas de ordem ambiental. Em 1966, fortes chuvas causaram inundações de grande impacto em todo município de São Fidélis, causando perdas humanas e materiais, inclusive a destruição de parte das máquinas da usina. Já no início da década seguinte, as plantações de cana-de-açúcar foram infestadas pela praga conhecida como “carvão”. Foram enviados à época, técnicos do IAA para tratar da praga e orientar os trabalhadores, mas a safra do ano de 1972 sofreu grande impacto. Em 1977, um longo período de secas também causou problemas as lavouras. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1966; O JORNAL, 1966; BRASIL AÇUCAREIRO, 1972; O FLUMINENSE, 1977)

Embora a questão tivesse sido solucionada, os problemas estruturais da lavoura já causavam aos poucos a mudança dos produtores da cana para outros gêneros e o êxodo dos trabalhadores para outras áreas, atrás de melhores condições. Em 1975, a usina tivera os piores índices de produção regional, tendo que interromper a moagem anual por falta de matéria-prima. (JORNAL DO BRASIL, 1975)

O êxodo, que não se limitou ao trabalhadores da lavoura somente, se deu de maneira tão intensa que no ano de 1974 foi realizado em Pureza um evento chamado “Festa da Participação”, depois renomeado para “Festa dos Purezenses Ausentes” que tornou-se uma forte tradição local, existente até os dias de hoje, já tendo sido realizadas mais de 40 edições. A intenção da comemoração é reunir os antigos moradores de Pureza e das vilas entorno que mudaram-se em grande número a partir do esvaziamento econômico enfrentado nesse período. (O FLUMINENSE, 1974; 1976)

Um fato que chama atenção noticiado em 1972, foi uma sondagem feita por um grupo paulista não identificado em adquirir o E.C. de Pureza, possivelmente interessado em suas cotas de produção. Diante desse fato, teria a Rotary Club se mobilizado para impedir a venda, que de fato, não veio a se concretizar (O FLUMINESE, 1972). Não é possível identificar em qual medida essa organização participou dos processos político-econômicos relacionados as tradicionais usinas, mas percebe-se a importância simbólica conferida a usina de Pureza em um momento de apelo à uma identidade regional vinculada à produção sucroalcooleira.

Deste momento em diante, já sem a pujança produtiva e financeira de outrora, a usina é cada vez mais tratada como uma referência histórica, um patrimônio arquitetônico, um ponto turístico. (O FLUMINENSE, 1973; 1987; O JORNAL, 1973)

No ano de 1999, a Usina Pureza foi adquirida pelo grupo MPE Engenharia, retomando as atividades após algum período de inatividade. A empresa tinha sua atuação principal na atividade petrolífera da Bacia de Campos e buscou diversificar suas operações apostando em um resgate da tradicional indústria sucroalcooleira Norte Fluminense.

Sem alcançar resultados positivos e tendo cada vez mais um funcionamento sazonal em função da dificuldade em se obter matéria-prima, a empresa optou por encerrar as atividades da usina dez anos após adquiri-la, embora ainda tenha condições de funcionamento como relata Renato Abreu, presidente da MPE, em entrevista à Revista Valor (2012): "Não tem cana para moer. Estava comprando cana a 100 quilômetros de distância da usina". A matéria ainda revela a intenção do empresário em transformar a usina em uma escola-museu e até de reativá-la ocasionalmente para fins didáticos.

Em trabalho de campo realizado no dia 25/08/2018, pudemos constatar que a usina já passa por um processo de desmonte de sua estrutura, processo esse que já atinge demais unidades da região que ainda possuem ou possuíam algum estágio de conservação, como a Usina de Santa Cruz, em Campos. Isto revela a falta de perspectiva futura para o uso desses espaços, mesmo que ainda seja de interesse de parcelas da sociedade que essas formas se mantenham erguidas, por conta das questões simbólicas inerentes a elas, que serão mais bem interpretadas no capítulo seguinte.

O quadro 2, localizado abaixo, busca sistematizar a atuação das diferentes administrações da Usina Pureza ao longo de sua trajetória, descritas ao longo desta seção:

QUADRO 3 – PROPRIETÁRIOS DA USINA PUREZA E SUAS ATUAÇÕES.

Firma proprietária	Período	Contexto e atuação da administração
Rafael Sanchez & Cia.;	1885-1887	Estabelecimento da base material-territorial da indústria e de suas lavouras complementares; Construção do Engenho a partir das políticas do Império;
Cia. Engenho Central de Pureza;	1887-1896	Constante modernização com sucessivos melhoramentos técnicos oriundos dos centros industriais da Europa;
Lumay & Pamplona;	1869-1921	Intensificação das modernizações; Consolidação do status da usina durante o chamado “ciclo áureo” do açúcar;
S.A. Ferreira Machado Cia Ltda;	1921-1946	Início do controle estatal sobre as cotas produtivas das usinas; Incremento da produção do álcool-motor;
Usina Pureza Indústria e Comércio Ltda;	1946-1999	Crise regional da economia sucroalcooleira localmente expressa pela falta de matéria-prima e por dificuldades de escoamento da produção; Conflitos entre trabalhadores e a administração da usina; Êxodo populacional e esvaziamento produtivo;
MPE Engenharia.	1999 - Atualmente	Tentativa de retomada; Encerramento das atividades produtivas; Após 10 anos de inatividade, a transmutação da estrutura da usina em ruínas e o início de um possível desmonte.

Fonte: Autoria própria, 2019.

A trajetória da Usina Pureza revela que sua importância esteve fundamentada tanto por aspectos simbólicos como por aspectos materiais e produtivos. Em seus primeiros anos, foi tida como símbolo de um potencial desenvolvimento e progresso para São Fidélis, projeto pelas elites locais e regionais. Já nas décadas mais recentes, com o declínio regional da economia sucroalcooleira, tornou-se um espaço de referências pretéritas, tido como patrimônio histórico local e até como ponto turístico.

É notável a maneira como o modo de produção agiu reorganizando estruturas locais e regionais, formando subespaços globais (SANTOS, 2014a; 2014b) e criando assim as paisagens peculiares estudadas aqui. Em primeiro momento isso se deu com o

estabelecimento da base territorial colonial ao longo dos primeiros séculos da ocupação portuguesa, sendo intensificado esse processo pela brusca incidência de formas-técnicas industriais, projetadas nos centros capitalistas europeus, já no período imperial. Ao fim do século XX, essas estruturas, agora subutilizadas, se apresentam cada vez mais na paisagem do NF como formas residuais, esvaziadas de função produtiva ou econômica, mas ainda carregadas de fortes simbolismos.

Tendo explicitado algumas das características da formação socioespacial das áreas ao entorno da Usina Pureza, como as formas de integração com o espaço regional, nacional e global; a organização política-administrativa interna; a composição da população; a estratificação social pautada na divisão do trabalho entre trabalhadores da lavoura, trabalhadores da indústria e o patronato local, será feita, no capítulo a seguir, uma leitura da paisagem da Usina Pureza e das áreas ao entorno, buscando interpretar sua configuração e seu significado nos dias de hoje à partir das noções de paisagem desenvolvidas pelos autores da escola conhecida como Nova Geografia Cultura, de orientação marxista.

CAPÍTULO 4

LEITURA DA PAISAGEM DA USINA PUREZA E DAS ÁREAS AO SEU ENTORNO

O regionalismo sucroalcooleiro do Norte Fluminense encontrou sua máxima expressão na paisagem da baixada campista, onde concentraram-se grande número de usinas e demais objetos relativos à economia sucroalcooleira. Em São Fidélis, as formas do antigo mundo do açúcar se apresentam sob contornos diferentes, seja por estarem inseridas em meio rural, como uma espécie de enclave industrial no campo (diferindo das usinas campistas, localizadas em sua maioria dentro do perímetro urbano²¹), seja por estar em uma área de características fisiográficas distinta da maioria das usinas Norte Fluminense, na faixa de transição entre a planície fluvio-marinha e a Serra do Mar, apresentando características topográficas e geológicas que mais se assemelham mais à Região Noroeste Fluminense²².

A agroindústria sucroalcooleira ao se desenvolver formou paisagens peculiares em toda região Norte do ERJ, a partir da importação de um padrão industrial elaborado nos centros europeus combinada com a estrutura fundiária carregada de traços coloniais. Em São Fidélis, a espacialização se diferiu ainda da maioria das unidades produtivas por estar numa zona de transição regional, onde as características determinantes de uma região se mostram menos rígidas, em comparação com sua área-core, que neste caso, a baixada campista.

De modo geral, o que caracterizou toda essa região é forte atuação de uma oligarquia do açúcar como principal agente modelador do espaço. A partir da grande acumulação de capital gerada no período áureo da economia sucroalcooleira, esses grupos transformaram as paisagens de acordo com suas visões de mundo, estabelecendo formas hegemônicas dotadas de um viés classista, que exprimem a contradição entre o discurso do progresso tecnológico industrial e a manutenção de estruturas socioeconômicas verticalizadas, principalmente na lavoura, onde as modernizações não tiveram penetração.

Os objetos delimitados para análise foram reconhecidos em trabalho de campo. Algumas dessas formas são particulares da estrutura da Usina Pureza, outras são formas que remetem ao padrão de espacialização das usinas e engenhos centrais no Norte Fluminense, observado em visitas feitas a demais unidades como a Usina Santa Cruz, em Campos e a

²¹ Os trabalhos de Passos (2018) e Conceição (2016) se dedicam as usinas de açúcar campistas.

²² No artigo “São Fidélis – Ambiente, economia e perspectivas de desenvolvimento”, publicado no site SFNotícias em 2015, Soffiati discute a questão regional envolvendo São Fidélis.

Usina do Outeiro, em Cardoso Moreira, também sendo identificado nos trabalhos Passos (2018) e Conceição (2016).

4.1 O ENGENHO CENTRAL

O Engenho é o principal elemento do sistema de objetos da produção sucroalcooleira, estando os demais objetos operando em sua órbita. Diferente do modelo das usines, fábricas de menor porte, o Engenho Central possuía dimensões monumentais, proporcionais ao grande volume de cana-de-açúcar processados ali. Se constituía assim como um grande ponto de referência na composição da paisagem, chamando atenção também por sua arquitetura de origem europeia, como é o caso do Engenho de Pureza, projetado na França pela empresa de engenharia S.A. Cail, que tinha como representante no Brasil, Francisco Lumay.

A passagem abaixo traz a descrição de um jornalista que visitara as dependências do Engenho de Pureza em seus primeiros anos. O relato, feito do ponto de vista de quem chega na localidade, ao desembarcar na estação de trem, demonstra como os engenhos e usinas eram apreciados por sua monumentalidade.

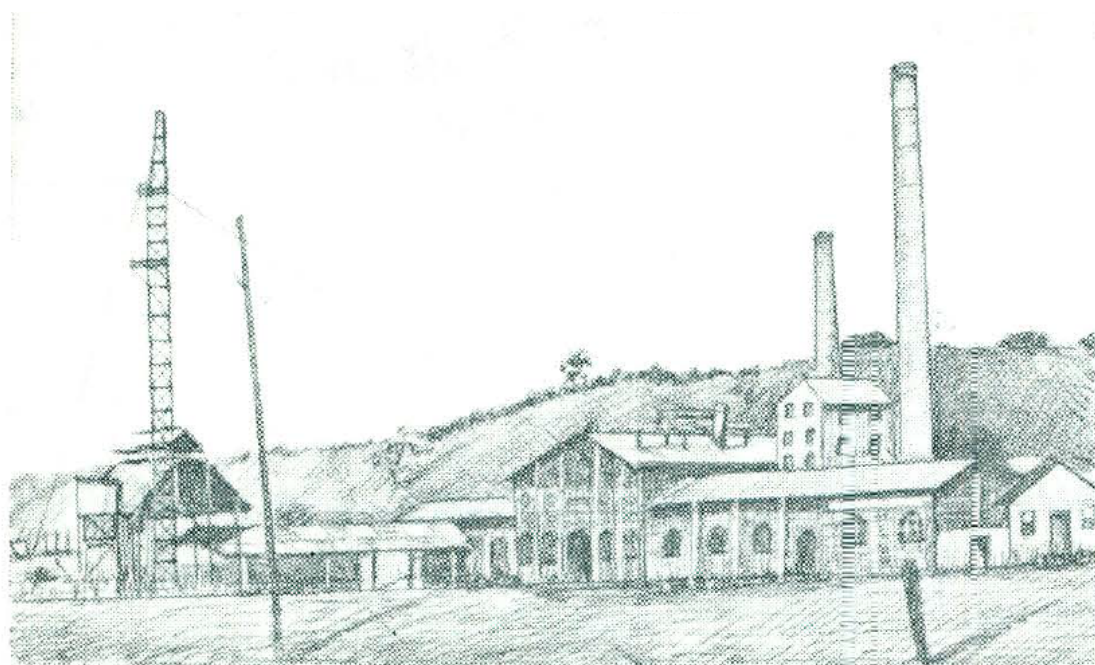
Está assentado (o engenho) na margem direita do rio Parahyba. Quem de S. Fidelis pela estrada de ferro segue caminho contra a correnteza do rio, chegando na estação de Pureza, a 15 kilometros daquela cidade avista na outra margem a alta chaminé do estabelecimento, imponente no seu conjunto de edificios novos de tijolos não caiados, a fôrma de chalets esbeltos e faceiros. À medida que a ponte fluctuante sobre barcos que nos leva vai transpondo o rio na direcção do estabelecimento, repara-se que os edificios são todos armados com resistentes vigas de ferro e que a construção é feita de maneira é a deixar renovar livremente o ar interior dos chalets. Quando tomamos terra e nos endereçamos à porta central, temos que parar um instante para deixar passar a locomotiva que vai arrastando uma série de vagões descobertos carregados de canna em arrumada por entre quatro postes verticaes dos angulos e o vagon-tramway que leva o gerente de volta da visita quotidiana aos trabalhos da safra (...) (JORNAL DO COMMERCIO, 1894)

A magnitude da construção não estava apenas associada à potencialidade na produção de açúcar, sobretudo, expressava o poder e a opulência dos agentes hegemônicos modeladores do espaço em questão. Conceição (2016), ao analisar o simbolismo das chaminés das usinas, relata que em toda região a concretude do poder expresso na paisagem era disseminada por

meio das chaminés ou das torres dos engenhos centrais e usinas de cana-de-açúcar, no período de bonança da economia sucroalcooleira.

Esses elementos tornaram-se talvez a principal marca da paisagem do Norte Fluminense dentro contexto espaço-temporal do ciclo áureo do açúcar no Norte Fluminense, ainda hoje ao rementem diretamente a esse período histórico. Ao mesmo passo, também é um elemento fundamental da paisagem enquanto matriz, pois expressa a lógica cultural de sua sociedade, como um código de poder que é imposto pela fração hegemônica da sociedade sobre os grupos marginalizados. (BERQUE, 2012)

A seguinte imagem (figura 4), encontrada na Monografia de São Fidélis realizada pelo IBGE, datada de 1975, retrata o conjunto de construções que compunham o Engenho Central. Chama atenção o prédio em forma de chalé, onde ficava localizado o escritório administrativo. Nota-se que é a maior das edificações, abaixo apenas das torres e chaminés. Essa disposição indica uma posição de controle dessa estrutura, onde a gerência se localizava, sobre as instalações propriamente ditas, já que de lá poderia se observar o funcionamento da indústria e a atividade dos trabalhadores de “chão de fábrica”, dedicados ao trabalho operacional da usina.



Usina Pureza

Figura 4: Representação do Engenho Central de Pureza. (IBGE, 1975.)



Figura 5: Prédio onde se localizava o escritório administrativo do Engenho. (Elis Miranda, 2018 – Acervo Fotográfico do LabCult.)

Além das dimensões das estruturas como símbolos de imponência, a arquitetura dos edifícios também pode ser considerada uma expressão de poder das elites locais. Tendo sido desenhado em Paris por um arquiteto francês, suas formas representam a marca do poderio dos colonos franceses nessas localidades. Nas figuras 6, 7 e 8 pode-se observar os detalhes da arquitetura de traçado europeu nas janelas, portões, telhados, grades e na disposição e composição das formas como um todo.



Figura 6: Fachada do Engenho Central. (Elis Miranda, 2018 – Acervo Fotográfico do LabCult.)



Figura 7: Parte frontal do Engenho Central. (Elis Miranda, 2018 – Acervo Fotográfico do LabCult)



Figura 8: Parte da fachada e telhado do Engenho Central. (Elis Miranda, 2018 – Acervo Fotográfico do LabCult)

Ao observar a fachada do Engenho Central nestes registros feitos em 2018 é interessante observar que foi preservado o escrito “Engenho Central da Puresa”, nome original da indústria, que após as sucessivas administrações que alteraram o nome da firma para “Usina Pureza” e “UPIC”. A manutenção da grafia original acompanhada do ano de fundação são elementos que parecem evocar um certo tradicionalismo da indústria ou apelo a sua importância histórica.

Tratando das principais transformações identificadas nessa estrutura, a mais notável foi a retirada das chaminés originais. É possível observar na figura 8 a ausência dessas formas no registro feito na perspectiva de quem observa a usina na outra margem do rio. Em outra imagem (figura 10), mais antiga, é possível notar a usina ainda operando, mas já sem as chaminés originais. Não se sabe com precisão a data desse registro fotográfico, mas estima-se ser entre as décadas de 80 e 90 do século XX, quando a usina ainda encontrava-se em atividade. Portanto conclui-se que a retirada das chaminés não está diretamente associada ao encerramento das atividades, mas a uma transformação de caráter técnico.



Figura 9: Engenho Central visto da margem oposta do Rio Paraíba do Sul. (Elis Miranda, 2018 – Acervo Fotográfico do LabCult.)



Figura 10: Engenho visto da margem oposta do Paraíba do Sul, em data desconhecida. (Acervo pessoal de Sijan Frem)

Na comparação entre as duas imagens (figuras 9 e 10) nota-se uma grande transformação na vegetação ao redor da usina. Essas terras eram antigas áreas de cultivo da cana-de-açúcar diretamente associadas a usina. No registro mais atual percebe-se como a vegetação se reestabeleceu após o período de inatividade produtiva.

Voltando a questão das chaminés, observa-se na imagem abaixo (figura 10) o atual modelo de chaminé que se encontram na estrutura da UPIC. Ela possui dimensões bem mais reduzidas em comparação com os tradicionais modelos.



Figura 11: Telhado e atual chaminé da fábrica. (Elis Miranda, 2018 – Acervo Fotográfico do LabCult)

Ainda no que tange a transformação das estruturas, é interessante observar o diferente grau de degradação entre os distintos objetos. O pátio interno da Usina (figuras 12, 13, 14 e 16), hoje, apresenta grande abandono e certo estágio de degradação, revelando a presença de formas-ruínas, em oposição, nota-se a parte externa, onde está a entrada do refeitório melhores condições, com paredes pintadas e preservadas. (figura 15).



Figura 12: Pátio interno da Usina. (Elis Miranda, 2018 – Acervo Fotográfico do LabCult)



Figura 13: Pátio interno da Usina e parte do galpão. (Elis Miranda, 2018 – Acervo do LabCult)



Figura 14: Situação do Galpão da Usina Pureza. (Elis Miranda, 2018 – Acervo do LabCult)



Figura 15: Área externa da Usina Pureza, em aparente bom estado, com galpão ao fundo. (Elis Miranda, 2018 – Acervo Fotográfico do LabCult)



Figura 16: Montagem: Tanques de etanol atualmente (Elis Miranda, 2018 – Acervo do LabCult) e Registro de um incêndio ocorrido em um dos tanques, no ano de 1991 (Jornal do Brasil, 1991)

É interessante notar a presença do refeitório na estrutura da fábrica (figura 14). Apenas em espaços produtivos com grandes concentrações de trabalhadores e em turnos seguidos é que há um refeitório. Assim como nas empresas mais modernas, esses espaços servem como um momento em que trabalhadores comuns almoçam ou jantam com seus superiores, criando um sentido de família na área fabril. Quando patrões estreitam laços com trabalhadores sempre significou maior exploração em regime clientelista. Isto se observa em todo padrão de espacialização da usina para além de seus muros.

4.2 A VILA DE TRABALHADORES DA USINA PUREZA

A Vila dos trabalhadores da Usina Pureza é composta por um conjunto de casas construídos ao entorno da usina. As construções padronizadas segundo uma ordem racionalista revelam a legitimação do controle que os usineiros exerciam sobre o proletariado, demonstram como esses grupos do poder hegemônico empunham suas visões de mundo sobre os demais grupos, conforme mencionado por Cosgrove (2012).

Dentre as demais formas analisadas aqui como objetos relativos à produção sucroalcooleira ainda remanescentes na paisagem, as habitações da vida operária são os que preservam as melhores condições materiais, exercendo ainda suas funções originais, mesmo

após o encerramento das atividades na usina. Muitos dos antigos trabalhadores permaneceram nesses espaços, onde já haviam se estabilizado ao longo dos anos.

A preservação dessa materialidade pelos moradores da vila, que destoa das condições da própria usina, indica o valor simbólico ainda resguardado sobre ela. Esse lugar e essa paisagem são carregados, sobretudo, das memórias dos trabalhadores que ali se estabeleceram e deram vida a esses espaços, a partir dos vínculos de convivência e das forças resistentes de contiguidade.

Um elemento dissonante na paisagem da Vila dos trabalhadores da Usina Pureza é a casa do administrador da usina, que em contextos pretéritos fora destinado a moradia do chefe mecânico (figura 22), um cargo de prestígio dentro do sistema sucroalcooleiro aos fins do século XIX e início do século XX. As diferenças significativas entre essas construções para as demais revelam a estratificação dos trabalhadores segundo um viés classista, onde os trabalhadores da lavoura representavam as classes mais baixas, seguidas pelos operários de “chão de fábrica”. Em um grau acima estavam os cargos especializados de maior prestígio, como o do chefe mecânico e administrativos, referentes a gerência da empresa. Já os proprietários da usina e das terras fornecedoras de cana encontravam-se como as elites locais. Num primeiro momento essas elites residiam ainda nas fazendas do distrito de Colônia, a partir da administração de Ferreira Machado, esse comando passou a ser externo, já que o escritório do proprietário ficava localizado em Campos. Já a empresa MPE Engenharia, possuía sua sede no município de Macaé. Por conta dessa distância física, o administrador tornou-se uma figura de representatividade local.



Figura 17: Vila dos trabalhadores da Usina Pureza. (Elis Miranda, 2018 – Acervo Fotográfico do LabCult)



Figura 18: O padrão da Vila dos trabalhadores da Usina Pureza. (Elis Miranda, 2018 – Acervo Fotográfico do LabCult)

Além das residências, compreendemos como parte integrante da chamada “Vila da Usina Pureza” outros elementos situados na área de convívio, como uma praça com parquinho (figura 19), o vestiário do antigo time de futebol dos trabalhadores da UPIC, em condições de

abandono (figura 20); e a Capela de Nossa Senhora da Pureza, datada de 1940 (figura 21), localizada no alto de um morro, atrás das moradias do trabalhadores.



Figura 19: Parquinho em estrutura anexa a Usina Pureza. (Elis Miranda, 2018 - Acervo Fotográfico do LabCult)



Figura 20: Sede do time de futebol dos trabalhadores da usina, o UPIC Futebol Clube. (Elis Miranda, 2018 – Acervo Fotográfico do LabCult)



Figura 21: Capela de Nossa Senhora da Pureza. (Elis Miranda, 2018 – Acervo Fotográfico do LabCult)



Figura 22: Casa do administrador da Usina Pureza, antes casa do chefe mecânico. (Elis Miranda, 2018 – Acervo do LabCult)

4.3 AS PONTES E DEMAIS INFRA-ESTRUTURAS

As pontes foram estruturas de grande importância no funcionamento da Usina Pureza, uma vez que a estação de trem e a estrada de ferro estão localizadas na margem oposta do Rio Paraíba do Sul. A partir da década de 80, quando foi desativado o sistema ferroviário, tornou-se fundamental para o funcionamento da indústria e se constituiu como uma grande dificuldade, uma vez que a ponte que existira até então era uma construção de madeira (figuras 23 e 24), pouco resistente às grandes cargas transportadas, entrando em iminência de cair. A atual ponte de concreto só veio a ser construída no ano de 2001 (figuras 25 e 26).

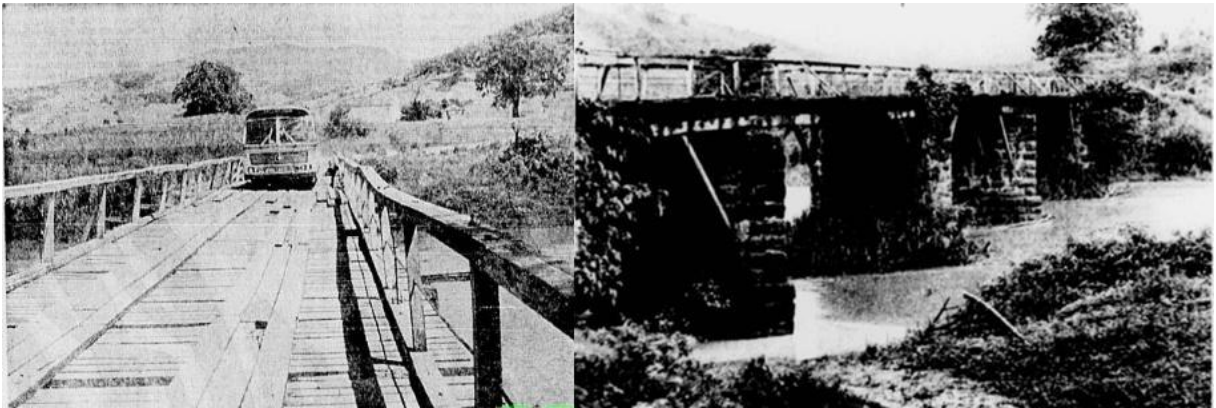


Figura 23: Montagem: diferentes perspectivas da antiga ponte de madeira, conhecida como “Ponte do Açúcar” (Jornal do Brasil, 1975 e O Fluminense, 1973)



Figura 24: Ruínas da antiga ponte de madeira, em fotografia recente, com data não identificada (Site SF notícias)



Figura 25: Construção da ponte entre Vila Usina Pureza e Vila de Pureza, em 2001 (Acevo pessoal de Ancelmo Siqueira)



Figura 26: Presença da atual ponte na paisagem. (Elis Miranda, 2018 – Acervo Fotográfico do LabCult)

A ponte de concreto é um elemento que destoa na paisagem, sendo o mais recente objeto técnico a ser implantado no espaço de ação da Usina Pureza. Sua construção, bem como das estradas asfaltadas ao seu entorno, fora realizada após forte pressão dos proprietários da usina e dos agentes políticos locais. As pontes, importantes elementos da integração territorial e da dinamização dos fluxos, são construções bastante datadas por suas técnicas constituintes. As pontes de ferro, como as implantadas em Campos e na sede de São Fidélis, são marcas do contexto de expansão do modal ferroviário no século XIX, já as pontes de concreto, começaram aparecer nas paisagens brasileiras a partir da metade do século XX com as políticas de redirecionamento ao rodoviarismo.

Quando ainda operava o modal ferroviário, o transporte dos materiais era feito por meio de um guindaste e um cabo de aço (figuras 27 e 28). Esse guindaste foi instalado já nos primeiros anos da usina em conjunto com todo sistema de engenharia. Esse objeto é uma peculiaridade da Usina Pureza, não sendo observado estrutura semelhante nas demais usinas e engenhos. Ele representava o grande potencial tecnológico das operações da usina à época e sintetiza bem a maneira com que a produção se integrava diretamente com a estação ferroviária.



Figura 27: Guindaste e cabos de aço na Usina Pureza. (Elis Miranda, 2018 – Acervo Fotográfico do LabCult)



Figura 28: Montagem: Cabo aéreo em funcionamento durante a década de 1970 (Acervo pessoal de Sijam Frem e O Fluminense, 1977)

4.4 A ESTRADA DE FERRO LEOPOLDINA, A ESTAÇÃO E A VILA DE PUREZA

O sistema de transporte ferroviário se constituiu como a principal infraestrutura de circulação da economia sucroalcooleira em todo Norte Fluminense. Na Usina Pureza, ele operava em dois níveis: um interno, responsável por conectar as principais áreas de cultivo da cana com o engenho central; e outro externo, composto pela malha da E. F. Leopoldina Railway, que era responsável pelo escoamento da produção rumo à Campos e à capital, onde era direcionada aos portos estrangeiros.

O sistema férreo foi durante o século XIX e início do século XX um símbolo de progresso e modernização, que estava associado à figura centralizadora do empresário usineiro, que durante o período áureo agiram como grandes modeladores do espaço regional, antes de perderem seu perfil empreendedor e acomodarem diante da forte presença estatal representada na atuação do IAA. Sua substituição a partir das décadas de 60 pelo sistema rodoviário e o grande impacto causado por esta mudança nos lugares dependentes da ferrovia demonstra a vulnerabilidade desses subespaços diante das políticas nacionais e a imobilização das elites diante do novo panorama.

A estação e a linha férrea, presentes ainda hoje na paisagem de Pureza, são as estruturas que a mais tempo encontram-se fora de funcionamento, estando desde aproximadamente a década de 80 do século XX, quando passou a prevalecer o modelo de

transporte rodoviário. Encontra-se, porém, preservado o substrato material da estação e das linhas férreas, ainda que desfuncionalizados por quase de quatro décadas. (figuras 29, 30 e 31)



Figura 29: Estação de Pureza e linha férrea (Elis Miranda, 2018 – Acervo Fotográfico do LabCult)



Figura 30: Atual estado da Estação de Pureza. (Elis Miranda, 2018 – Acervo Fotográfico do LabCult)

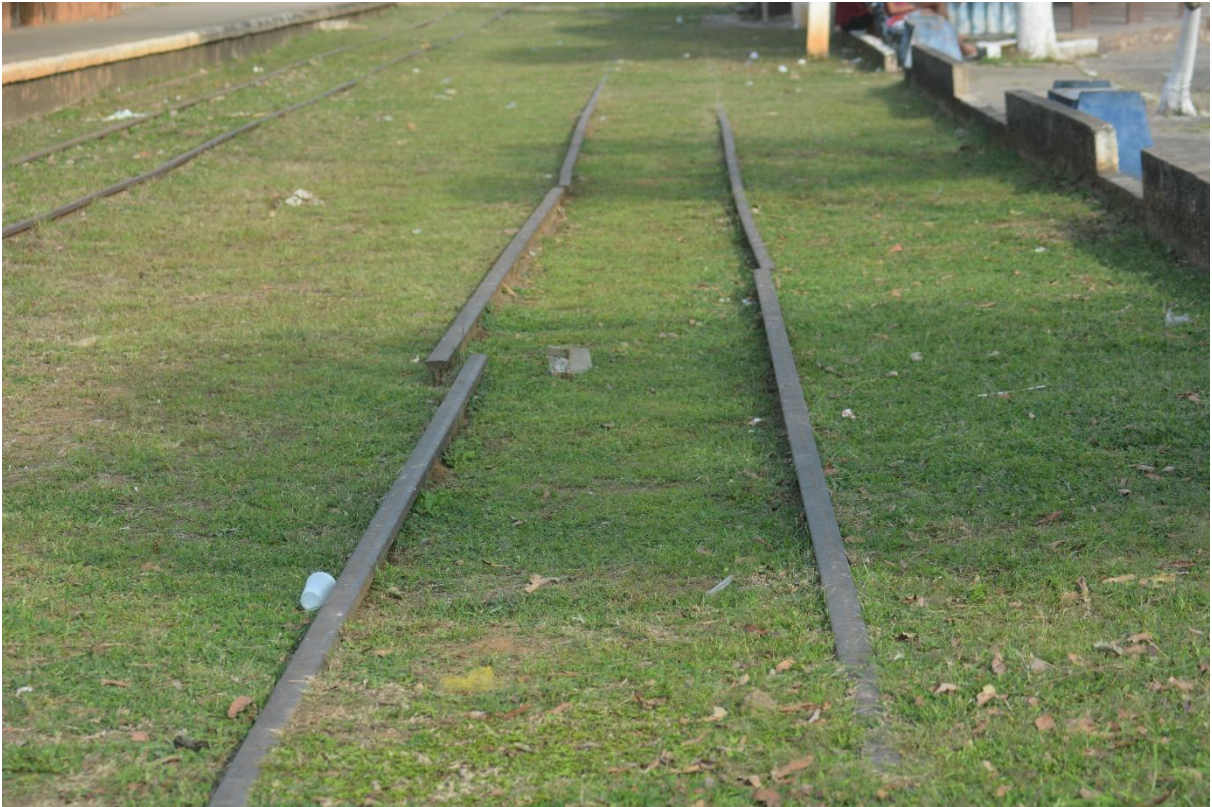


Figura 31: Linha férrea ainda presente na paisagem de Pureza. (Elis Miranda, 2018 – Acervo Fotográfico do LabCult)

A imagem a seguir (figura 32) mostra um registro da Estação de Pureza com o sistema de trens ainda em funcionamento e data de meados da década de 1980, pouco antes de serem desativadas essas estruturas. É interessante observar que o registro foi feito de dentro de um dos vagões do antigo trem.

As rugosidades do modal ferroviário são encontradas em muitas das cidades brasileiras e são tidas de maneira geral como um elemento histórico. Os trilhos e estações de trem sempre estiveram bastante presentes no imaginário social, antes um símbolo de progresso e de modernização, hoje um símbolo de nostalgia e memória.



Figura 32: Estação de Pureza e trem de passageiros ainda em funcionamento, 1982 (Acervo pessoal de Hugo Caramuru)

A Vila Pureza é uma localidade que apesar de não estar diretamente associada a estrutura produtiva da usina, acabou por ser completamente influenciada por ela, principalmente por estar nela localizada a linha férrea e a estação de trem. A vila que se desenvolveu ao entorno da linha férrea herdou a toponímia da estação. Por sua vez, a Vila de Pureza, ao alcançar grande desenvolvimento, acabou por influenciar todo distrito, antes denominado Timbó e a partir de 1938 passando a incorporar a toponímia Pureza.

As imagens a seguir (figuras 33 e 34) revelam como a vila se desenvolveu ao longo do trecho ferroviário. É interessante notar como, após se encerrar a atividade da ferrovia, o muro da linha férrea foi ressignificado como um painel onde são gravadas pinturas e diversas poesias dos moradores de Pureza e das vilas ao entorno. A poesia é uma grande expressão cultural em toda cidade de São Fidélis, reconhecida sob a alcunha de “Cidade-poema”.



Figura 33: Linha férrea e seu muro, ressignificado pela população como um mural artístico. (Elis Miranda, 2018 – Acervo Fotográfico do LabCult)



Figura 34: Linha férrea, muro e construção histórica na Vila Pureza datada de 1926 (Elis Miranda, 2018 – Acervo Fotográfico do LabCult)

Como descrito no capítulo 3, imigrantes de origem sírio-libanesa vieram a se instalar nesta vila, ocupando-se majoritariamente das atividades comerciais, característica cultural desses povos. As construções desses imigrantes se diferenciam das demais construções históricas da vila. Destaca-se a casa da Família Nader, uma das famílias de origem libanesa de maior expressão na localidade. (Figura 35)



Figura 35: Casa da família Nader, de origem libanesa (Elis Miranda, 2018 – Acervo Fotográfico do LabCult)

As famílias libanesas compõem a ampla amálgama cultural da população norte fluminense, porém, esses estrangeiros não tiveram os mesmos privilégios dos demais colonos brancos europeus em sua chegada no país. Se ocuparam, em sua maioria, das atividades relacionadas ao comércio local. Muitos estrangeiros e seus descendentes alcançaram prosperidade como mascates e comerciantes, constituindo uma parcela importante do patrimônio comercial das cidades norte-fluminenses, até os dias de hoje. Muitos deles são também guardiões da história e das memórias locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolver deste trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro, dedicado a historiografia dos processos de desenvolvimento da economia sucroalcooleira no Norte Fluminense. A perspectiva regional é um dos alicerces da reflexão proposta, uma vez que entende-se que o funcionamento Engenho Central de Pureza encontrava-se dentro de um sistema produtivo que englobava a Região Norte Fluminense como um todo.

A proposta de empirização do tempo partiu da delimitação de três períodos: (i) O primeiro iniciado com a ocupação do território do Norte Fluminense onde houve o estabelecimento da base material que viabilizou o grande ciclo do açúcar na região; (ii) O período marcado pelo ciclo áureo da produção açucareira onde Campos, onde a RNF veio a assumir protagonismo a nível nacional na atividade agrícola, com o surgimento dos modelos produtivos de Engenho Central e das Usines, se estendendo até a eclosão da crise econômica de 1929; (iii) O período iniciado pós-crise de 1929 com a conversão do setor sucroalcooleiro ao mercado interno, a princípio, marcado pela forte tutela do Estado e a perda da capacidade produtiva em relação a São Paulo e demais regiões produtivas e pela concorrência da atividade petrolífera na região, caracterizado como período de declínio do setor sucroalcooleiro que se estende até os dias atuais.

A constituição dos lugares do açúcar no NF, iniciada sob o sentido maior da colonização, formou subespaços dependentes, voltados para a economia internacional e desconectados de suas demandas locais, a partir da falta de um planejamento com perspectiva de longo prazo e voltado para o desenvolvimento interno. Por consequência, esses lugares acabaram por cair em desuso com as transformações na economia global e nas políticas de desenvolvimento nacional ao longo do século XX.

O espaço de tempo compreendido como ciclo áureo do açúcar no Norte Fluminense foi um período de grande acumulação de capital na região, onde uma série de construções e

transformações nas/das paisagens foram realizadas tendo como principal agente modelador do espaço a elite usineira. Essa figura foi a máxima representação de poder dentro do contexto de espaço-tempo analisado.

Após o impacto causado pela crise de superprodução do café e do açúcar aos fins da década de 20 desse século, o Estado brasileiro passou a exercer um papel controlador sobre a economia agroindustrial. Embora fundamental para a manutenção da atividade no pós-crise, o protecionismo estatal, inaugurado no governo de Getúlio Vargas e mantido nos governos seguintes, sendo renovado sobre outra roupagem nos Governos Militares, acabou por criar uma certa imobilização às elites usineiras, outrora empreendedoras, que tornaram-se dependes da ação governamental. Outro fator que explica o malogro da atividade na RNF, após o encerramento do ciclo áureo, foi a falta de modernização de sua base agrícola com a manutenção de uma estrutura conservadora ainda carregada de traços coloniais de exploração intensiva do trabalho e do ambiente.

O processo de formação socioespacial foi descrito e analisado ao longo do segundo capítulo de maneira a buscar entender como se relacionaram a o modo de produção e a organização social na porção do espaço estudado. Percebeu-se a grande influência do modo de produção na composição espacial que até hoje perdura, mesmo após o encerramento das atividades fabris da Usina Pureza. Isso é notável na distinção interna das ocupações que tiveram funções diferentemente completares à atividade de produção e circulação das mercadorias, na divisão política-administrativa que até então vigora no município e nas toponímias que ainda são utilizadas para se referir a estes espaços.

A implantação do Engenho Central de Pureza no interior do município de São Fidélis influenciou diretamente a configuração de dois distritos e as dinâmicas entre eles. Foram eles os distritos de Pureza e Colônia, onde se instalaram as principais estruturas e objetos geográficos relativos ao funcionamento da usina como a própria fábrica, a estação de trem e a linha férrea, as plantações de cana-de-açúcar, as fazendas dos fundadores da usina, a vila operárias da usina e a vila de pureza.

A partir da leitura da paisagem da Usina Pureza e das áreas ao seu entorno, pode-se perceber como a usina, para além de sua importância econômica, também possuía um forte valor simbólico, sendo uma representação de poder das elites locais. Sua paisagem, repleta de uma carga ideológica, revela a imposição de um padrão de classes espacialmente posto na

monumentalidade das edificações, na composição e distribuição das casas dos trabalhadores, no padrão estabelecido da moradia determinada pela estratificação social baseada na divisão do trabalho. Todos esses elementos revelam a imposição do poder e o estabelecimento de uma divisão classista que busca se naturalizar a partir da paisagem. Por conta desse caráter, a paisagem deve ser encarada como um texto, onde muitos dos códigos e signos são expressos em suas entrelinhas, conforme orientação de Duncan (2012).

As transformações ocorridas nas paisagens locais estudadas a partir da metade do século XX e principalmente na última década, quando a usina encerrou suas atividades, demonstram a transição de uma paisagem outrora dominante, para uma paisagem cada vez mais residual (COSGROVE, 2012).

Os diversos objetos analisados possuem distintas temporalidades e graus de conservação. As funções exercidas por cada forma perdem e ganham novos sentidos em diferentes contextos espaço-temporais (SANTOS, 1996; 2014a).

A ferrovia e a estação de trem são os elementos espaciais que a mais tempo encontram-se esvaziados de funções, entretanto, conservam um forte apelo histórico. Os muros da linha de ferroviária foram ressignificados por expressões da cultura local como pinturas e poesias.

A vila dos trabalhadores da usina conserva ainda seu padrão arquitetônico tradicional e cumpre ainda função de moradia e de lazer e cultura nos espaços comuns, como praças e igrejas. Esse lugar preserva de maneira vívida as memórias daqueles que ali habitaram, trabalharam e estabeleceram seus vínculos através da convivência, da resistência e da luta.

O Engenho Central de Pureza, estrutura central de toda a formação socioespacial estudada apresenta-se como uma paisagem-ruína, esvaziada de sua função produtiva e passando pelo desmonte de parte de sua estrutura metálica, conserva, entretanto, forte simbolismo e historicidade. Seu futuro encontra-se hoje em aberto, dentro do campo das possibilidades. Sendo improvável um retorno da economia sucroalcooleira, esse espaço pode estar aberto a receber novas funções, talvez tornando-se um espaço de reflexão e ressignificação.

Podemos afirmar que os lugares estudados são espaços de memória coletiva, onde o passado é parte integrante da vida cotidiana da sociedade através das fortes referências de

suas paisagens. Antes de tudo, a paisagem é entendida aqui como patrimônio de toda a sociedade e, portanto, objeto de interesse público e da ação democrática

Todo complexo de construções, composto pelo Engenho Central de Pureza, as vilas ao seu entorno, praças, igrejas e a materialidade remanescente da rede ferroviária merece uma maior atenção por parte institutos de preservação do patrimônio arquitetônico histórico brasileiro, como o IPHAN e o INEPAC, uma vez que não foi identificada atuação desses órgãos no rico conjunto de formas que compõe as paisagens estudadas, cabendo ainda um levantamento mais acurado por arquitetos e demais especialistas com fim de identificar os variados estilos arquitetônicos e materiais presentes e reconhece-los como patrimônio histórico da nação.

Espera-se com este trabalho ter contribuído para os estudos da memória de São Fidélis e da mesorregião Norte Fluminense como um todo e de certa forma para o futuro desses lugares, uma vez que a compreensão do passado e dos processos formadores que levaram a atual conjuntura é fundamental para se pensar o que está por vir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. A. **Sobre a memória das cidades**. In: Revista da Faculdade de Letras - Geografia I, Vol. XIV, Porto, 1998, p. 77 – 97.

BARBOSA, Pedro Paulo Biazso de Castro. **A constituição da periferia em face da modernização: a produção do açúcar e álcool no Brasil e as transformações no Norte-Fluminense**. IN: X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo, p.1448-1478, 2005.

BERQUE, Augustin. **Paisagem-marca, paisagem matriz: elementos da problemática para geografia cultural**. IN: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). Geografia Cultural: uma antologia. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

CAMPAGNOL, Gabriela. **Usinas de Açúcar: Habitação e Patrimônio Cultural** / Gabriela Campagnol ; Orientador Carlos Roberto Monteiro de Andrade. São Carlos-SP, 2008.

CASA FLUMINENSE. **Estações de Trem – A história conta nosso passado em trilhos**. CASA FLUMINENSE, 2017. Disponível em <<https://casافلuminense.org.br/estacoes-de-trem-historia-conta-nosso-passado-em-trilhos/>> Acessado em junho de 2019.

CONCEIÇÃO, Raphael Neves da Conceição. **Leituras Geográficas da Paisagem da Baixada Campista**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF, Campos dos Goytacazes, 2016.

CONCEIÇÃO, Raphael Neves da Conceição; PASSOS, Hélio dos Santos **O Conceito de Paisagem e suas Dissonâncias**. Anais do XI ENANPEGE. Presidente Prudente-SP, 2016.

COSGROVE, Denis. Place, landscape and the dialectics of cultural geography. In: MELO, Vera Mayrink. **Paisagens, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000. p.29-48.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. IN: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012

CRUZ, J. L. V. Da. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense**. 331 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

DUNCAN, J. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, textos e identidade**. ed. Rio de Janeiro:EdUERJ, 2004.

FRANCISCO, Quézia de Souza. **A agroindústria canavieira de Campos dos Goytacazes – RJ e os royalties do petróleo a partir da percepção dos atores**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação Universidade Federal Fluminense – UENF, Campos dos Goytacazes, 2009.

FREITAS, Evando. **Da série história dos bairros e distritos: Colônia abre a história da rica colonização cujas raízes são de descendência europeia**. Site São Fidélis RJ, 2017. Disponível em: <<http://www.saofidelisrj.com.br/da-serie-historia-dos-bairros-e-distritos-colonia-abre-a-historia-da-rica-colonizacao-cujas-raizes-sao-de-descendencia-europeia/>> Acessado em junho de 2019

FURTADO, Celso. 1920. **Formação Econômica do Brasil** / Celso Furtado. -32. ed. — Companhia Editora Nacional, 2003. — (Biblioteca universitária. Série 2, Ciências sociais, v. 23). São Paulo, 2003.

GANTOS, Marcelo Carlos; QUÉSIA, Francisco de Souza. **De usinas e usineiros: um ensaio sobre a decadência de uma cultura (Campos dos Goytacazes, 1930-2000)**. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – O HISTORIADOR E SEU TEMPO, 18., 2006, São Paulo. Anais. São Paulo: Associação Nacional de História, Universidade Estadual de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho”/Campus Assis, 2006.

IBGE. **Coleção de Monografias N.510: São Fidélis** / IBGE, 3ª Edição. 1975

LAMEGO, Alberto Ribeiro. 1946. **O Homem e o Brejo**. Rio de Janeiro : Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

MESQUITA, Zandor. **O patrimônio industrial como elemento constituinte da paisagem cultural de Campos dos Goytacazes**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2012.

MICHELLON, E.; SANTOS, A.A.L.; RODRIGUES, J.R.A.. **Breve descrição do PROÁLCOOL e perspectivas futuras para etanol produzido no Brasil**. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural : Rio Branco, 2008.

MIRANDA, Elis de Araújo. Ensinar a pensar/pesquisar: experiências com o método de Ana Clara Torres Ribeiro. IN: EGLER, Tamara Tania Cohen; POGGIESE, Hector Atílio; MIRANDA, Elis de Araújo (org). **Método e ação no pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO. **Sobre os poucos registros para sírios e libaneses na Hospedaria dos Imigrantes**. Museu da Imigração do Estado de São Paulo, 2016. Disponível em <http://museudaimigracao.org.br/sobre-os-poucos-registros-para-sirios-e-libaneses-na-hospedaria-dos-imigrantes/> Acessado em maio de 2019.

PASSOS, Hélio dos Santos. **Da Usina do Queimado aos bairros residenciais: Mudanças e Permanências na Paisagem Urbana de Campos dos Goytacazes (1979-2018)**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense – UFF, Campos dos Goytacazes, 2018.

PARANHOS, Paulo. **O açúcar no Norte-Fluminense**. In: Revista Histórica Online, n. 8, 2006 : Arquivo Público Estadual de São Paulo. São Paulo, 2006.

PIQUET, Rosélia. **Da cana ao petróleo: uma região em mudança**. In: Petróleo, royalties e região / Rosélia Piquet, organizadora. – Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PRADO JUNIOR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS. Disponível em: <http://saofidelis.rj.gov.br/historia> Acesso: 13 mai. 2018.

RAMOS, Pedro. **Os mercados mundiais de açúcar e a evolução da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 e 1980: do açúcar ao álcool para o mercado interno**. Econ. Apl., Ribeirão Preto, v. 11, n. 4, p. 559-585. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502007000400006&lng=en&nrm=iso. Acessado em 15 de abril de 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

RIBEIRO, José Alexandre Brant. **As Transformações do Espaço Canavieiro Norte-Fluminense: Gênese, Auge e Crise**. / José Alexandre Brant Ribeiro ; Orientador Carlos Alberto Franco da Silva – UFF, Niterói, 2003.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. **Espaço e Método**. EdUSP, 5ª edição, 2ª reimpressão, São Paulo/SP, 2014a.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. EdUSP, 1ª edição, 3ª reimpressão, São Paulo/SP, 2014b.

SILVA, Marcelo Werner da. **A Geografia e o estudo do passado**. Terra Brasilis (Nova Série) [Online], 1 | 2012, 2012. < <http://tarrabrasilis.revues.org/246>> Acesso 13 abril. 2019.

SMIDERLE, Dilécia de Araújo Vieira. **O multiforme desafio do setor Sucroalcooleiro de Campos dos Goytacazes (RJ)** / Dilécia de Araújo Vieira Smirldele – Campos dos Goytacazes; Fundação Cultural Jonalista Oswaldo Lime; 2010.

SOFFIATI, Aristides. **São Fidélis: ambiente, economia e perspectiva de desenvolvimento**. Site SFNotícias, 2015. Disponível em: <<http://www.sfnoticias.com.br/sao-fidelis-ambiente-economia-e-perspectiva-de-desenvolvimento>> Acessado em Junho de 2019.

TAVARES, Rosilene Cunha; MIRANDA, Elis de Araújo. **Representações no espaço: o quadrilátero histórico em Campos dos Goytacazes**. Políticas Culturais em Revista, 2 (2), p. 100-121, 2009

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

A EPOCA. Rio de Janeiro-RJ: Grupo Globo. [1914] Disponível em <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/epoca/720100>>

A NOITE. Rio de Janeiro-RJ: A Noite [1890-1938] Disponível em <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/noite/348970>>

A IMMIGRAÇÃO: Órgão da Sociedade Central de Imigração. Rio de Janeiro-RJ: A Imigração [1884-1891] Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=239984>>

A SENTINELLA: Orgão Liberal Consagrado aos Interesses da Comarca de São Fidélis. São Fidélis-RJ: A Sentinella [1883-1885] Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749575>>

ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, mercantil e industrial. Rio de Janeiro-RJ: Almanak Laemmert. [1881 a 1940] Disponível em <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/almanak-administrativo-mercantil-industrial-rio-janeiro/313394>>

BRASIL AÇUCAREIRO: Revista quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Assucar. Rio de Janeiro-RJ: Brasil Açucareiro [1934-1965] Disponível em <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/brasil-acucareiro/002534>>

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro-RJ: Correio da Manhã [1905-1969] Disponível em <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>>

DIÁRIO CARIOCA: O máximo de informação no mínimo de espaço. Rio de Janeiro-RJ: Diário Carioca [1961] Disponível em <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca/093092>>

DIÁRIO DO BRASIL. Rio de Janeiro-RJ: Diário do Brasil [1886] <
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=225029>>

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro-RJ: Diário de Notícias [1885-1974] Disponível em
 <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=811793>>

GAZETA DE PETRÓPOLIS. Petrópolis-RJ: Gazeta de Petrópolis [1900] Disponível em <
<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-petropolis/304808>>

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro-RJ: Gazeta da Tarde [1890] Disponível em <
<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-tarde/226688>>

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro-RJ: Gazeta de Notícias [1885-1917] Disponível em
 <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730>>

JONAL DO BRASIL. Rio de Janeiro-RJ: Jornal do Brasil [1890-1994] Disponível em <
<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=030015>>

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro-RJ: Diários Associados (D.A.) [1890-2012]
 Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=364568>>

LUTA DEMOCRÁTICA: Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem
 lutar. Rio de Janeiro-RJ: Luta democrática. [1955-1965] Disponível
 <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/luta-democratica/030678>>

MONITOR CAMPISTA. Campos dos Goytacazes-RJ: Diários Associados (D.A.)
 [1881-1885] Disponível em <
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030740>>

O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL: Ou Collecção de memórias e Notícias
 Interessantes. Rio de Janeiro-RJ: O Auxiliador da Industria Nacional [1891-1892] Disponível
 em <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=302295>>

O CAMBUCYENSE: Orgão da Liga Reacionaria. Cambuci-RJ. O Cambucyense [1904]
 Disponível em <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cambucyense/821772>>

O FLUMINENSE. Niterói-RJ: Grupo Fluminense de Comunicação [1895-2011]

O IMPARCIAL: Diário Ilustrado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ: O Imparcial
 [1914-1917] Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imparcial/107670>>

O JORNAL. Rio de Janeiro-RJ: Diários Associados (D.A.) [1928-1964] Disponível em
 <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_02>

O PAÍZ. Rio de Janeiro-RJ: O Paíz [1911] Disponível em
 <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/paiz/178691>>

PHAROL. Juiz de Fora-MG: Pharol [1916] Disponível em <
<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/pharol/258822>>

TERRA LIVRE. São Paulo-SP: Terra Livre [1955] Disponível em
 <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/terra-livre/814261>>

TRIBUNA DA IMPRENSA. Rio de Janeiro-RJ: Tribuna da Imprensa [1973-1975]
 Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_03>

VALOR ECONÔMICO. São Paulo-SP: Grupo Globo [2012] Disponível em
<<https://www.valor.com.br/agro/2664950/longa-agonia-da-industria-canavieira-no-rio>>

VOZ OPERÁRIA. Rio de Janeiro-RJ: Voz Operária [1957] Disponível em <
<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/voz-operaria/154512>>

ANEXO

Linha do Tempo Usina Pureza					
Período Colonial	ESCALA ANO	Global	Nacional	Regional	Local
	1538		Marco do início do cultivo de cana no norte do Estado do Rio de Janeiro. (Pero Góis)		
	1539		Funda-se o engenho de Pero Góis, denominado Villa da Rainha – futuramente destruído pelos nativos.		
	1545		Pero Góis persiste e funda dois engenhos, puxados a cavalo.		
	1549		Funda-se o primeiro engenho na Bahia.		
	1583		Nesse ano, a Bahia já possuía 36 engenhos e em Pernambuco ascendiam a 66 com uma produção de 200.000 arrobas de açúcar, transportadas para a Europa em 40 navios.		
	1661	Através de tratado de paz os holandeses reconhecem a perda da colônia do Brasil. Aliança com Portugal autoriza o comércio dos ingleses no Brasil e nas Índias.			
	1671	Através de decreto é liberada a entrada de navios estrangeiros em portos brasileiros.			
	1677			Fundação da Vila de São Salvador.	
	1764		Transferida de Salvador para o Rio de Janeiro a capital do		

			Estado do Brasil.		
	1781			Fundação da Vila de São Fidelis.	
	1810	Início da pressão inglesa para extinção do tráfico negreiro no Brasil.			
Período Imperial	1822	Dom Pedro proclama a independência do Brasil.			
	1826	Brasil e Inglaterra constituem uma convenção sobre a extinção do tráfico negreiro.			
	1835			Emancipação de Campos dos Goytacazes.	
	1870			Emancipação de São Fidélis.	
	1872			Inauguração do Canal Campos - Macaé	
	1873			Inauguração Ferrovia Campos - S. Gonçalo	
	1875		O Governo Imperial para estimular a fundação de engenhos centrais, promulgou uma lei com data de 6 de novembro deste ano. reservando 30 mil contos para amparo à indústria, concedendo garantia de juros aos capitães que neles se investessem.		
				Inauguração Ferrovia Campos - Macaé	
	1878			Funciona, com a presença do Imperador a Usina Barcellos, em Campos.	
	1880				Inaugurada a Estrada de Ferro Sto Antonio de Padua (São Fidélis - Miracema)*

	1887			Inaugurado o Engenho Central de Quissamã, o primeiro da América do Sul – Marco do novo período de desenvolvimento (tardio) da indústria do açucareira.	
					Fundação da Usina Pureza . (Confirmar tinha esse nome à princípio.)
				Leopoldina adquire a E.F. Macaé-Camp	
					Criação do distrito de Timbó (atual Pureza).
	1888		Abolição da escravidão por força da Lei Áurea.		
	1891				Decreto estadual nº 222, de 06-05-1891, desmembra do município de São Fidélis o distrito de Cambuci. Elevado à categoria de vila.
Período Republicano	1929		Em 1929, quase concomitantemente com a deflagração da crise económica		

			mundial, a indústria açucareira no Brasil recebeu o golpe mais abrupto, o da queda das cotações a níveis alarmantes.		
	1931		Pelo decreto n. 20.041 de 15 de setembro, o Governo Provisório inicia o amparo oficial a indústria do açúcar, atendendo "á necessidade de conciliar do melhor modo possível os vários interesses dos produtos de açúcar, dos plantadores de cana, dos comerciantes desses géneros e dos seus consumidores", e considerando "que a situação mundial presente obriga os governos, cada vez mais, a modificar as causas da desorganização económica logicamente organizada, o que obriga o Estado, em proveito dos interesses gerais, a seguir uma política de intervenção defensora do equilíbrio de todos os interesses em jogo"		
			Não satisfazendo aos anseios e necessidades da produção, o Governo criou pelo Decreto n. 20.761, de 1 de dezembro, a "Comissão de Defesa da Produção do Açúcar", um aparelhamento muito mais amplo, composto de um representante do Ministério do Trabalho, um do Banco ou Consorcio Bancário com o qual se contratasse o financiamento da produção e um representante de cada Estado produtor de açúcar.		
	1891			Inauguração da linha Campos – Miracema (Unificação das 2 linhas pela Leopoldina)	
	1933			É fundado o IAA, O aparato institucional dos lavradores, plantadores e fornecedores de cana atuava na representação política, na intermediação do crédito, no fornecimento de equipamento e maquinário, e na assistência social.	
	1935		Comissão Central do Controle da Produção do Açúcar fundada, em outubro.		
	1938				Alteração toponímia de

					Timbó para Pureza
				O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, foi o primeiro sindicato de trabalhadores rurais a ser fundado no Brasil, em 23 de outubro.	
	1940			A Associação Fluminense dos Plantadores de Cana (ASFLUCAN) é uma entidade que foi criada nos anos 1940, quando o “Estatuto da Lavoura Canavieira” regulou as relações comerciais entre os usineiros e os fornecedores de cana.	
	1948			Fortalecimento do Sindicato Agrícola de Campos causa transformação deste para ASFLUCAN (Associação Fluminense dos Plantadores de Cana)	
1955			SP assume a liderança nacional no ramo da produção de açúcar e de álcool pela concentração técnica e pela busca de terras de		

			melhor fertilidade e localização.			
	1964		Militares depõe João Goulart e assumem o governo.			
	1969			Sindicato Rural de Campos. (SRC) foi fundado. Trata-se de uma das entidades com maior capacidade de influenciar as decisões do poder público municipal.		
	1970			EDR se transforma na FUNDENOR – Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional.		
	1975				A região Norte-Fluminense, veio a ser oficializada pelo IBGE no Censo Agropecuário por força das lideranças regionais.	
				Governantes lançaram em 14 de novembro, o Programa Nacional do Alcool, (Pró-Alcool). O objetivo era substituir gradativamente a frota de carros movida por combustíveis derivados do petróleo por motores que funcionavam com recursos naturais, caso do álcool.		

*- A estação de Pureza chamava-se a princípio Estação de Coqueiros